

Esquerda Socialista

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Editorial

Este é o número zero do jornal do Movimento de Esquerda Socialista.

Vem a público quando pensamos que o trabalho político que temos realizado à escala nacional as lutas em que temos estado empenhados e a dimensão pública do nosso Movimento justificam a existência de um semanário. Vem a público após cerca de cinco meses da nossa formalização como movimento político, durante os quais julgamos que o nosso Movimento deu uma importante contribuição para a construção de uma alternativa global à exploração e dominação capitalista e à fáctica e estratégia do reformismo. Vem a público porque o nosso semanário corresponde plenamente não apenas ao reforço dos sectores de intervenção fundamental (fábricas e empresas, escolas, sindicatos e acção local) em que já lutávamos muito antes do 25 de Abril, como também às necessidades que a luta social e a luta política têm vindo a obrigar após derrubamento do fascismo.

Assim, **Esquerda Socialista**, a sair regularmente das quartas-feiras a partir de 16 de Outubro, pretende preencher os seguintes objetivos:

a) Informação e análise política das lutas das classes trabalhadoras, nomeadamente do proletariado industrial e agrícola.

b) Informação e análise da realidade portuguesa fundamentalmente centrada na situação concreta das classes exploradas e oprimidas de modo a possibilitar contribuir para respostas e alternativas concretas às situações de exploração e opressão.

c) Promover o debate político entre os militantes do M. E. S.

d) Divulgar as posições do M. E. S. (à escala nacional e regional).

e) Divulgação e análise das experiências de luta das classes trabalhadoras de outros países e momentos na luta contra o capitalismo, o colonialismo e o imperialismo.

f) Contribuir, na exacta medida das suas possibilidades, para a elevação do nível da consciência de classe dos trabalhadores portugueses pondo à sua disposição, não apenas as colunas do nosso jornal, artigos, textos e experiências de luta que possam alertar e limitar que as mistificações e deturpações da imprensa ao serviço da burguesia e do capitalismo, quer as «confusões» e ilusões da imprensa e da propaganda reformista.

Conforme a estes objetivos recusamos ser veículo de polémicas genéricas que nada adiantam no âmbito da construção do socialismo e que nada têm a ver com o dia-a-dia e com as lutas dos trabalhadores portugueses. Recusamos o combate ideológico quando negligido das situações concretas dos processos de luta. Recusamos dar guarda à ilusão de outras organizações de esquerda que nunca conseguem traduzir a incapacidade de inserção nos processos de luta e na realidade concreta da sociedade portuguesa. Recusamos ser instrumento de polémicas, do método de luta, do potencial político que não seletas a realidade que a análise concreta das situações concretas quer a análise concreta das situações concretas quer a análise concreta dos trabalhadores portugueses.

Este é o primeiro órgão de um Movimento que pretende lutar pela conquista do Poder pelos trabalhadores. **Esquerda Socialista** será o reflexo natural daquilo que o é viver a ser o **Movimento de Esquerda Socialista**. No entanto jamais pretendemos ser os bocas dos trabalhadores portugueses, jamais pretendemos uma luta política apenas para o engrandecimento e fortalecimento do nosso movimento. Por isso o jornal será aberto a todos os trabalhadores e revolucionários portugueses apenas com as limitações de apontar para a construção da autonomia das classes trabalhadoras oprimidas pelo proletariado, na construção do seu próprio e para a acção de luta revolucionária das classes trabalhadoras.

Nesta conformidade apenas os editoriais e os textos ou artigos assinados pela Comissão Política Nacional ou por outro organismo do Movimento de Esquerda Socialista (M. E. S.) traduzem posições oficiais do nosso movimento. Instrumento de debate, organização e unificação **Esquerda Socialista** não detém a VERDADE, não representa a classe operária nem pretende ser o único depositário da «verdadeira» teoria revolucionária. Um jornal de combate, um jornal de luta que possa ser um local de debate e de clarificação política. Por isto é essencial que os militantes e simpatizantes do M. E. S. bem como todos os trabalhadores colaborem no nosso jornal, se sirvam dele para trocar experiências de luta.

Já se disse que a partir de 16 de Outubro aparecerá todas as quartas-feiras, inicialmente com doze páginas e ao preço de 2550 O esforço e as estruturas que exige a publicação de um semanário são enormes, mormente se tivermos em conta as condições económicas e financeiras do M. E. S. Por isso este número zero terá de ser como que o suporte para a angariação de assinaturas — indispensáveis para um jornal não comercial — e a sua venda deverá processar-se de modo a garantir as condições económicas para o semanário. Neste sentido apelamos para os simpatizantes do M. E. S. na angariação de assinaturas. Apelamos para os trabalhadores e para o público leitor em geral para que contribuam para que um jornal ao serviço dos trabalhadores e do socialismo possa ser uma realidade viva e actuante no caminho para a emancipação de todos os explorados.



VITÓRIA DE UMA REVOLUÇÃO ARMADA

APÓS 18 anos de luta, 11 de Junho de 1974, armada, o povo da Grande Lisboa, graças pela sua vontade revolucionária — o PAIGC — alcança a sua primeira grande vitória sobre o colonialismo português, ao obrigá-lo ao reconhecimento do direito à independência da República da Guiné-Bissau. Já em uma proclamação nos meios das zonas libertadas.

«... para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.

11-15 Setembro JORNADA INTERNACIONAL DE APOIO A RESISTÊNCIA DO POVO CHILENO

A LUTA das massas trabalhadoras chilenas, da resistência social à guerra prolongada, inspirada em todos os países da América Latina, na luta dos povos populares sul-americanos explorados e oprimidos pelo imperialismo. Mas a luta e a resistência das massas trabalhadoras chilenas também diz respeito à luta dos trabalhadores e revolucionários de todo o mundo contra o capitalismo e contra o imperialismo na construção da Revolução socialista.

O Chile tornou-se um exemplo de resistência social à guerra prolongada, da luta contra o poder do imperialismo no justo medida em que a organização autónoma dos trabalhadores, constituindo um movimento de poder popular e revolucionário, conseguiu pôr em crise as estruturas burguesas.

O que se passa no Chile, após o dia 11 de Setembro de 1973, veio pôr a nu a realidade do imperialismo mundial que não hesita nem hesitará em recorrer ao fascismo, à repressão brutal e sangrenta sempre que o seu poder e o seu domínio se encontram ameaçados pelo povo livre trabalhador e a democracia burguesa já não consegue ser a forma política que garante esse domínio.

A luta das massas trabalhadoras chilenas e o repressivo brutal que o imperialismo e o capitalismo detam ao povo e à legalidade burguesa põem directamente em causa os lucros e benefícios que têm vindo a privilegiar o terreno eleitoral e parlamentar em prejuízo da preparação, mobilização e organização das massas trabalhadoras no assalto ao poder do capital e na construção de um poder revolucionário que possa liquidar as estruturas do reactionismo, do capitalismo e do imperialismo.

Por tudo isto, hoje em Portugal não podemos ignorar o exemplo e o sangue derramado pelo povo chileno na directa luta em que não pode relaxar a expressão do seu largo movimento das massas trabalhadoras fora das

As dimensões burguesas capitalistas europeias e a sua governos, através dos instrumentos do imperialismo têm tentado abstar ao total isolamento de Chile e a sua situação.

A complexidade mundial do capitalismo envolveu após uma prática efectiva de solidariedade de actividade a luta das massas trabalhadoras chilenas.

Respostando ao apelo lançado por comités que resistem no interior do Chile e no outros países de América Latina e apoiando iniciativas lançadas e coordenadas por organizações revolucionárias da Itália, França, Alemanha, Suécia, Bélgica, Suíça e de outros países da Europa decidida a partir de Abril na Alemanha, o M.E.S. não quer de modo nenhum deixar de estar presente, activamente solidário com a luta do povo chileno, apelando neste sentido para todos os revolucionários portugueses.

No Chile a Junta Militar manifestou claramente o carácter bárbaro da sua ditadura. Após um período de repressão dura e sistemática sobre todas as expressões do movimento popular chileno a acção criminal da Junta Militar Chilena encontra-se agora mais selectivamente contra todas as tentativas de reorganização e de rebelião camarária através de grupos horrivelmente torturados e outros que participaram na luta de resistência assasivada.

«... depois da luta do povo, isto é, para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.

«... depois da luta do povo, isto é, para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.

«... depois da luta do povo, isto é, para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.

«... depois da luta do povo, isto é, para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.

«... depois da luta do povo, isto é, para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.

«... depois da luta do povo, isto é, para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.

«... depois da luta do povo, isto é, para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.

«... depois da luta do povo, isto é, para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.

«... depois da luta do povo, isto é, para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.

«... depois da luta do povo, isto é, para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.

«... depois da luta do povo, isto é, para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.

«... depois da luta do povo, isto é, para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.

«... depois da luta do povo, isto é, para a libertação da liberdade nacional, e a luta armada». O que não quer dizer porém, que se trata exclusivamente de uma luta social e de uma vitória militar antes e sobretudo política. Foi preciso a não hesitação da luta política, com a luta militar, da organização política das massas com a reconstrução das estruturas económicas e sociais, que o P.A.I.G.C. conseguiu chegar à efectiva independência nacional, e não desde já, mas nas liberdades, sem sociedade nova e um homem novo.



OS

esquerdista CP e MDE-S

A burguesia passa ao ataque

NO DIA 25 de Abril a burguesia portuguesa perdeu o seu Governo e o regime que há décadas de agora era o seu — mas Caxateiro estava totalmente isolado, o regime há anos deixara de servir adequadamente os sectores mais avançados do capital financeiro e como o 25 de Abril não destruiu o Estado capitalista — apenas desmantelando os seus aparelhos fascistas — nem alterou minimamente a situação de produção, a burguesia não teve dificuldades em passar ao ataque.

Bastou que as massas abandonassem a rua — e aqui o capital foi poderosamente auxiliado pelos partidos reformistas, que estavam a defender a democracia dando ordem de receder aos trabalhadores — para que iniciasse a ofensiva global da burguesia: a prisão e a morte de militantes de esquerda, as tentativas de atrair o processo de desmontagem, as leis para limitar as liberdades dos trabalhadores — Imprensa, greve, reunião, sindicatos — as fábricas à disposição, a substituição da estrutura do aparelho de Estado por partidos de direita mais próximos de fundos que de adeptos ou militantes, a repressão às greves, mas manifestações públicas de ataque da direita no interior do 25 de Abril.

Faltava, porém, um aspecto importante: era preciso demonstrar que se Portugal era o mais atrasado país capitalista europeu, tal não se devia a um capitalismo português, que estes tinham ganhado com o 25 de Abril e, mais do que ninguém, estavam preparados para avançar e atingir o seu termo. Os belos e do mal capitais europeus — com excepção de Portugal — começaram a ser preenchidos primeiro com a CIP (consolidação da Indústria Portuguesa), agora com o MDES.

A CIP projecta a Europa (mas ninguém acredita)

A CIP e os seus projectos voltaram ao calcanhar do livro da história, de onde nunca deviam ter saído. Mas a luz que se projectou sobre as tácticas usadas da burguesia, justificam que de forma temporária se tivessem.

No dia 2 de Julho, luzida apresentação de grandes capitais europeus, em um momento em que a família Mello, foi a Belém meter os mãos do Presidente da República um papel que supostamente representaria toda a indústria portuguesa, não fora enviada, como mandava a constituição de 1976.

A exposição dos senhores industrialistas era um modelo de delegação. Começava por afirmar que se antes a possibilidade de atingir salários ao nível europeu em 1977 — ao mesmo tempo que supunha uma taxa de crescimento do produto interno português de 11 por cento — como o nosso produto interno per habitante é de 21,3 contos por ano e o europeu é de 83,8, alcançámo-lo — à taxa de crescimento dos senhores industrialistas — a capitalização em 1980, cerca de metade da actual capitalização europeia.

Afirmavam então os senhores industrialistas que queriam um ambiente de paz social, crescimento dos trabalhadores e um clima de livre concorrência, sem quaisquer proteccionismos ou favorecimentos — o que não impediria de, mais do que de pignas, a CIP, pedir o mesmo para todas as contribuições que incidem sobre os lucros dos capitalistas (pediam quinze isenções fiscais e tarifárias) e ao se equipando do imposto horizontal.

Tudo isto para concluir as «condições para o exercício da actividade industrial-capitalista»: o Estado garante a paz social, detém de cobrar impostos, só participa no capital de empresas quando os capitais não podem, financia os investimentos não lucrativos (infra-estruturas, investigação) e empresta fundos aos empresários e consente que estes captem as posições privadas para as aplicar em investimentos nacionais.

hábito capitalista em Portugal e que o tinha havido fora perseguido sob um regime ditatorial o que, de passagem, é verdade

na medida em que revela as condições de interior do capital, em que certos sectores não estavam a ser bem servidos pelo fascismo, e fabricamos na medida em que esconde a existência de classes do regime de Salazar-Marcello.

António Champalimaud esclarece as críticas do capital financeiro ao fascismo: sofria de «inorientamento» e que o Estado tem a fazer é voltar o capital. O capitalista que faz ou fecha uma empresa ou fazer desinvestimentos? Tem todo o direito de o fazer: não é ele o dono?

O programa do MDES é simples: os capitalistas devem ter toda a liberdade. O Estado cria as condições de confiança: repressão dos trabalhadores e financia os investimentos. E dentro em pouco (mas já não em 1977) estamos no Europe.

O capitalista português será tão bom democrata como foram os outros. Mas serão mais eficientes, mais modernos.

Os 120 milhões de contos não existem

O que o MDES avançou não é suficiente nem é sério para ser tomado à letra.

Os 120 milhões de contos de investimento não são representados, sequer no plano das «intencões», mas são representados dentro de perspectivas de crescimento: aparentemente — e dado o peso anterior dos grupos representados — não representam, sequer no plano das «intencões», um acréscimo suficiente da formação do capital.

Mas os projectos de investimento não são projectos de investimento.

Tanto os projectos de investimento figuram a mistura III (investimentos) em curso (os investimentos que os senhores capitalistas gostariam que o Estado lhes finanças — por via de fundos infra-estruturais, obras de edifício de ferro que o Sr. Champalimaud gostava que o Estado pagasse para ele talvez explorar o ferro de Moçambique e vender-lhe os carris). Os projectos de investimento que os capitalistas poderiam fazer desde já (projectos de florestação, fabrico de mobiliário, de torções, roupas especializadas em habitação, etc.) mas que não fazem sem se comprometer a fazer e 14) projectos de investimento em que provavelmente colha (a construção do ferro de Moçambique, mas que sempre fazem número.

Tudo isto chega para uma ofensiva ideológica publicitária, mas não basta para lançar os bases do neo-capitalismo — tanto mais que 115 dos «projectos» de investimento vão para a «indústria» de diversos quanto de luxo, como se sabe perfeitamente.

Os «projectos» do MDES

Sector	Valor (milhões de contos)	Comentários
Turismo	42	A Torralta quer continuar.
Sidurgica	18	Investimento em curso
Imobiliária	8	A Cuf ainda querêr a especulação — Centro Com. Alcantara
Transportes marítimos	4	A Cuf expandir a Nacional de Navegação se lhe pagarem
Refinaria e Petroquímica (Sines)	18	Investimento em curso
Construção e reparação naval Expansão da Livrade	4,3	Em que terrenos?
Seitmore	3,0	Investimento em curso
Indústrias transformadoras	11,7	Insiste-se muito na malfeitoria
Sector primário	2,1	Têm que se almentar os terrenos
Indústrias extractivas	2,4	Champalimaud querêr Moçambique?



De que jamais se importaram com os salários de miséria e a sobre-exploração dos trabalhadores. Além também em «manchetas» relações de trabalho.

De que foram altamente cúmplices e até agentes de totalitarismo ideológico no Emino, que vitimou gerações seguidas, acrobacias agora em arautos do ensino livre e pluralista.

De que não também responsáveis pelos horrores das guerras coloniais, pela exploração dos povos colonizados, e que não sequer foram capazes de defender a objecção de consciência perante uma guerra injusta, continuam a dizer-se preocupados (como já antes se fizeram) com a «dignidade da pessoa humana».

De que têm mantido largas Casadas do povo português no obscurantismo e na alienação social e religiosa, não apenas recusando-se a conscienciar que a Igreja tem dado aos homens — a sua dignidade, dos seus direitos e dos seus deveres — e a sua dignidade.

Tudo isto é bem claro em muitos anos não faltaram, não demoraram, não se preocuparam, visto que se pensam, as opções não eram os seus as opções censuradas não eram as suas, nem os seus apoiantes, nem os seus sucessores esperavam dos trabalhadores não tirarem os seus, o ensino proibido não era o seu. Agora já se começam a fazer, porque os interesses não se seus, o ensino — precisava a menção de perder privilégios, os interesses de classe que representam correntes perigosas.

As posições assumidas no Pastoral em relação à democracia, ao socialismo e ao marxismo tiveram uma breve reflexão.

As desvergens — o conceito erróneo de democracia, ou seja o material que se utilizava há anos para se descrever o corporativismo — com a diferença que este representava correntes perigosas, já ficava recuando que esta suposta via intermediária, foi antes da queda do neo-fascismo, apontada como a forma política que melhor correspondia à «democracia social da Igreja». O corporativismo ficou a pouco português (e sobretudo os trabalhadores) a combater bem. Tanto este como o tal «conceito cristão de democracia», mais não dá do que uma matéria gaseosa, ultrapassada já pelo próprio capitalismo, de mostrar uma forma de exploração. Falava-se de democracia, mas não se falava de democracia.

As largas casadas do povo português sujeitas a formas de dominação ou alienação religiosa não consentem o nosso sistema — como não o consente a luta que se precisa travar em todos os campos para a destruição do fascismo e do capitalismo, onde quer que ele se encontre, e para a construção de uma sociedade nova, onde não subsista a exploração do homem pelo homem.

O M.E.S. repudia declaradamente esta intervenção da hierarquia eclesial e espera que as forças democráticas e progressistas que lutam contra o capitalismo e pela emancipação dos trabalhadores também o façam sem demora.

COMISSÃO POLITICA NACIONAL DO MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA

As referências ao socialismo e ao marxismo devem ser logicamente de natureza crítica, e não de sistema suspeito, condenáveis, é de vez citações parciais dos últimos papas, reflexo também de interesses seculares.

«A da grandeza desta estrutura pastoral do Episcopado Português» (de Metrópole) muito mais se poderia dizer. Não para explicar o que significa a persistência de expressões tais como Metrópole e Ultramar, variadas não só pela consciência política

A LUTA SOGANTAL

A luta da Sogantal

NO DIA 24 de Agosto, Lardar, patrio francês da LAMMONT, empresa-mãe da SOGANTAL, à cabeça de um acórdão de 14 homens, tentou acabar de uma vez para sempre com a luta que as operárias da Sogantal vêm a travar há mais de 3 meses contra os despedimentos e a exploração capitalista. Mas a pronta oposição das trabalhadoras da fábrica apoiadas pela população do Montijo, que acorreu em largos centenas, acabou por virar o bico ao projecto em vez de conseguir levar todo o material da fábrica para França, o patrio e os seus locais é que acabaram por ser levados da fábrica, protegidos pelo Exército do povo, até ao presente, que se manifestou contra aqueles factos.

As empresas estrangeiras em Portugal

1. Amos.

A Lammont, assim como tantas outras empresas de capital estrangeiro, montou a SOGANTAL em Portugal, para se aproveitar das condições extremamente lucrativas da exploração dos trabalhadores portugueses.

O regime fascista, através de uma repressão feroz a qualquer luta dos trabalhadores, por melhores condições de vida, permitiu durante longos anos que os capitalistas pagassem salários de fome e de miséria ao Povo português. Para além disso, os capitalistas estrangeiros ainda tinham o benefício de não pagarem quaisquer impostos pela saída de mercadorias produzidas pelos trabalhadores portugueses.

Éra dessa maneira que a SOGANTAL, pagava salários que iam de 104000 a 140000, enquanto em França o salário mínimo era de 560000, e ao mesmo tempo fazia entrar trocos certos, exportava fatos de treino confeccionados a partir de detes tecidos, sem pagar sequer um tostão pela passagem da fronteira.

2. Depois.

Depois da queda do regime fascista, e quando os trabalhadores lutaram por uma vida menos miserável e se começaram a organizar cada vez mais para a defesa dos seus interesses, uma grande parte das empresas estrangeiras em Portugal resolveu fechar as suas portas e mudar-se para outros países mais repressivos do que a actualidade é Portugal, onde possuem muitas fábricas a explorar desmedidamente os trabalhadores.

Para isso os capitalistas estrangeiros têm-se servido de vários argumentos: ou fazer tudo para levar a firma à falência como no caso da Mafalda, ou recebem da empresa-meio pagamentos muito mais baixos que o valor real pelas mercadorias exportadas, para depois fazer que não podem pagar salários mais altos, como foi o caso da Applied Magnetics, ou desapparecem da fábrica, fugindo de Portugal e não deixando nada ou com quem negociar, como aconteceu na Charminha e também na Applied Magnetics.

É, em último caso, não existam em usar os processos mais sujos, para conseguirem levar a cabo os seus propósitos e para entrar-se as máquinas e as matérias-primas do interior da fábrica.

Mas os trabalhadores dessas fábricas estão vigilantes e não se deixam enganar os planos dos patrões.

No Mafalda, os patrões tentaram assaltar a fábrica durante a noite, mas fugiram quando a população da Anália accorreu à fábrica, alertada pelo grito.

Na Naturama, depois dos patrões terem aproveitado as férias para recolher as máquinas as operárias, ao saberem para onde as tinham levado, foram lá buscar-las.

Na Sogantal, desde o início as operárias ocuparam a fábrica para impedirem a saída de material e agora usam o apoio do Povo do Montijo, conseguiram impedir que o comando armado francês atingisse os seus objectivos.

Uma luta autónoma

A luta da SOGANTAL é uma luta autónoma, em que a iniciativa das formas de luta e a organização das operárias durante essa luta são sempre fruto da discussão e decisão colectiva das trabalhadoras.

Para isso, funciona como órgão de decisão a assembleia das trabalhadoras, na qual, depois de uma discussão conjunta, são tomadas resoluções democraticamente, e respeitados que os funcionários da fábrica, que são formos que a luta deve tomar.

A organização adoptada pelas operárias tem surgido como resposta às situações que elas vão enfrentando. Assim, para além da luta colectiva das trabalhadoras que elas escolheram, têm sido criados grupos de vinda e grupos para ocupação nocturna da fábrica, que são rotativos, para além do grupo encarregado do Jornal da Sogantal, dentro encarregado do jornal de paode, e de um terceiro encarregado da ocupação dos tempos livres.

Uma luta exemplar

A luta da SOGANTAL é uma luta exemplar, pois ao ser uma luta autónoma das trabalhadoras, dela as operárias têm tirado importantes experiências que fazem desta luta, mais do que nunca, uma luta de todos os trabalhadores.

É uma luta exemplar porque as operárias compreendem que a luta contra os despedimentos é uma luta de todos os trabalhadores e que a luta se responde não aderindo aos despedimentos e exigindo a garantia de novo emprego e do pagamento do salário até esse momento para os trabalhadores despedidos.

É uma luta exemplar porque as operárias compreendem que a divulgação da sua luta a todos os trabalhadores é necessário para quebra o cerco e a caladaria que os capitalistas e seus aliados tentam fazer à sua luta.

É uma luta exemplar porque as operárias, respondendo com a acção das fábricas à ameaça de despedimentos dos patrões, e combinando a fazer funcionar a fábrica, com a solidariedade de todos, desde as máquinas aos estradas. Assim mostram que

os trabalhadores não necessitam dos patrões, pois, pois eles próprios são capazes de gerir e manter as fábricas em funcionamento.

É uma luta exemplar porque as operárias pela sua própria experiência compreendem que a autogestão, se pode ser importante como resposta momentânea de defesa dos trabalhadores às manobras dos patrões, é impossível de manter por muito tempo em uma sociedade capitalista, onde os capitalistas detêm todo o poder económico e político.

A solidariedade da classe operária

Se desde o princípio, a luta na SOGANTAL não tivesse sido

acompanhada por uma informação feita pelas próprias operárias e dirigida a outros trabalhadores, é duvidoso que tivesse conseguido ir muito longe.

De facto, desde a solidariedade expressa através da divulgação da luta, até ao auxílio financeiro como aconteceu na TAP, Lentez, etc., e à própria mobilização e manifestações em rua, a solidariedade da classe operária para com as suas companheiras da SOGANTAL foi bem evidente.

Na realidade, só a união de todos os trabalhadores contra a exploração capitalista, em todos os seus aspectos, pode fazer uma unidade organizada e consciente da classe operária e dos trabalhadores em geral que ponha em causa a poder da classe burguesa.

Despedimentos e a crise económica

NUM MOMENTO em que tanto se fala da economia do País em certas pessoas, cheias de patriotismo, condenam os trabalhadores, porque fazem greve, porque lutam pela sua sobrevivência, muitas vezes permanecem fora do conhecimento da maioria dos trabalhadores, isto acontece por várias razões.

Por falta de experiência dos trabalhadores em luta, ou porque o processo não atingiu qualquer ponto importante ou ainda por que, ao nível da maior parte da Informação, há tendência para fazer silêncio sobre lutas que põem em causa uma «nova ordem» capitalista.

É o caso, por exemplo das trabalhadoras da empresa Friant-Franco S. A. R. L. de Casais, pequena fábrica de tratamento e congelação de produtos alimentares, com cerca de 50 trabalhadores. A 19 de Julho passado, por que os administradores não aproveitaram na empresa e os salários não fossem pagos, os trabalhadores decidiram ocupar as instalações.

Posteriormente, elegeram uma comissão e solicitaram a competência da administração, que em resposta se desviou, abandonando os trabalhadores numa situação precária, pois a empresa deve cerca de 40 000 contos, e os produtos que estavam chegam precariamente apenas para pagar parte dos salários em atraso. Para além disto há vários meses que não são pagos o jellone, e água e luz, que só não foram cortados por os trabalhadores chamarem a atenção para a falta de haver produtos em frigoríficos abrigados perigo de estragarem que nada têm a ver com o caso, e que ficaram prejudicados.

Os desonores para a Causa de Previdência e Fundo de Desemprego são óbvios pagos, embora fossem sempre desonrados dos salários, tornando-se assim desvalorizados os trabalhadores.

Até há pouco, os trabalhadores da Friant-Franco de Casais, apenas têm tido a revolução ao nível legal, andando de um lado para o outro na esperança de ver os seus graves problemas resolvidos, o que ainda não aconteceu.

No Ministério do Trabalho dizem que nada podem fazer, os administradores dizem que já não têm a ver com a empresa, mas a verdade é que os trabalhadores não são desonrados, os salários não são pagos, os produtos não são entregues e os meios de transporte, os trabalhadores da Friant-Franco, apesar

de terem vendido na rua produtos e recebido algumas facturas, têm salários em atraso, algumas cinco semanas.

Casos semelhantes têm ocorrido noutros lados, como por exemplo a Sogantal no Montijo, a Charminha na Pontinha, uma fábrica em N. João da Lapa (propriedade de um padre), etc.

São cerca de duzentos trabalhadores, sem trabalho, que são família, que têm de comer, de pagar a renda da casa e que não têm trabalho.

São duzentos trabalhadores a tentar ser melhores de outras despedidos sem justa causa por patrões que, habituados a emcaixarem gordos lucros sem problemas, têm agora necessidade de transformar a forma antiquada de exploração dos trabalhadores numa mais modernizada.

É tudo isto em nome da economia nacional. Tudo isto em nome do progresso democrático.

Mas quem atende contra a economia nacional foram os nossos patrões, antes e depois do 25 de Abril? A nós, trabalhadores, não nos ajudou que trabalhássemos com um salário miserável por que o País era pobre e estava em crise, enquanto os capitalistas faziam gastos luxuosos depois de qualquer manifestação em país rico. Mas aconteceu-se estes gastos luxuosos em nome da economia nacional? Todos os trabalhadores sabem que não.

Porque para ter proibido os despedimentos sem justa causa? Não. O que se fez foi uma lei em que se fez há o direito à greve, mas que na prática proibiu qualquer iniciativa por parte dos trabalhadores de uma qualquer empresa, de, por si próprios, se organizarem e lutarem contra a exploração dos patrões. Em suma, em nome da economia nacional, tivemos os trabalhadores de pagar a crise que os capitalistas provocaram.

Para os capitalistas a protecção, tornou-se apenas pelo aumento da produtividade, etc. Para os trabalhadores, desemprego, miséria, maiores encargos de trabalho, redução de greves, proibição de manifestações, etc.

Logo, a luta não pode ser feita de braços cruzados. Temos

que nos organizar autonomamente, sem iniciar, sem servir de suporte de qualquer um que fale, em nome dos trabalhadores e sem cobrirem os nossos problemas, os nossos necessidades reais e as nossas lutas. Sem a força que tudo produz. São os trabalhadores que a todos sustentam. Organizemo-nos em comissões de trabalhadores na fábrica, no bairro, grupos com outros trabalhadores de outras profissões e como nós

explorados e oprimidos formados, todos juntos, comê-lo de barro. Formemos grupos de discussão dos nossos problemas. Temos de ser firmes na luta pela defesa de comunistas despedido, na luta pelas nossas reivindicações. Contra os ataques organizados da reacção capitalista, temos de responder com a nossa própria organização ou se não tivermos, devemos organizarmo-nos mais uma vez.

A empresa americana ITT que existe em Portugal e que tem agido mostrando bem que está ao serviço dos interesses do imperialismo, etc, etc.) diz a propósito da Chile num das suas relatórios secretos, que foi nomeado público por um jornalista:

«A esperança mais realista nos esforços para paralisar a liberdade é que uma economia em rápida deterioração... provoque uma vaga de violência susceptível de conduzir a um golpe de Estado militar.»

Os ministros fazem por si só no seu dia 11, 12 e 13 de Setembro, 3000 mortos na cidade de Santiago do Chile. Em Novembro havia já 20.000 mortos. De graves políticos rotineiros por milhares. As torturas e fusilamentos são utilizados por toda a parte.

É UMA ALDEIA velha do Baixo Alentejo, pregada à terra a cerca de vinte quilómetros da capital do distrito. Atrevsou os séculos desde a dominação árabe, sobreviveu à longa noite do fascismo e está agora mais viva do que nunca. Profundamente marcada pela emigração, tem ainda muita gente activa que se reparte pelas terras que a circundam, terras grandes de poucos, onde trabalham muitos, ofendidos por uma exploração de que sentem a urgência de se libertarem. Mas conquanto o latifúndio seja o tipo de propriedade dominante aqui, não é de excluir algumas courelas, exploradas por pequenos agricultores, que, na maior parte dos casos, são também assalariados.

Integrados em todo o processo desencadeado em Albernoa após o 25 de Abril, numa luta que sempre esteve latente naquela terra, e entendendo que um jornal para o povo deve ser feito essencialmente pelo povo, quisemos que fosse a população de Albernoa a falar dos seus problemas e das lutas que vem travando, cujas consequências já são visíveis, mas cujo termo ainda se antevê longínquo. Estavam presentes elementos das Comissões Administrativas da Casa do Povo e da Junta de Freguesia, da Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e da Liga dos Pequenos Agricultores. Posto que quase todos conhecessem o M.E.S., mas porque anteriormente chegaram a surgir dúvidas quanto ao modo de actuação deste movimento, foi feita uma breve exposição da sua actividade apoiante da luta dos trabalhadores e das suas características de movimento (não de partido), afastado de todos os objectivos de propaganda eleitoral.

O Moreira (da C.A. da Casa do Povo), o José Peixeiro (da C.A. da Junta de Freguesia), o J. Damásio e o José Carriano (da Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas), o Manuel da Silva (da Liga dos Pequenos Agricultores), todos, que sentiram — e sentem — na carne as feridas da exploração capitalista, têm os olhos abertos e falam facilmente.

M.E.S. — Moreira: tu, que fazes parte da Comissão Administrativa da C. do Povo e foste parte activa no processo que conduziu à destituição dos que a geriam durante o governo fascista, podes, com certeza, falar de todo esse processo e das transformações que se operaram daí para cá. Como se trabalhava aqui e como se trabalhava agora?

Moreira — Posso, bem... Começamos por, em conjunto, escolher os elementos mais capazes, que se destinavam à constituir comissões administrativas para a C. do Povo e para a Junta de Freguesia e, a partir daí, fizemos, como tu sabes, uma eleição. Depois das comissões aprovadas pelo povo, fomos empossados pela C.D.E. em 25 de Junho. Compreendíamos que isto era uma Casa do Povo, mas não devia ser-lhe só de nome. E que antigamente passávamos aqui muitas coisas — que (visto por todos) estavam mal. Qualquer pessoa podia ser posta na rua sem motivo. Os filhos dos sócios iam para banhos por simpatia. As pessoas propostas à junta médica era por simpatia... e contavam-se por aí muitos casos que eu tenho arquivados. Alguns, por exemplo, precisavam de uma reforma e mandavam-nos trabalhar. Aconteceu isto ao Zé Assina, que veio pedir apoio e de ram-lhe esta resposta. O Zé Assina é aleijado. Mas havia outros com condições económicas desastrosas que obtinham regalias desta casa. Havia um que poderia estar muito doente, mas dizia essa que não lhe afectava a vida profissional. Era negociante, continuava a negociar. Esse homem possivelmente não terá nada em nome dele, mas desenvolveu um capital de 80-90 contos, comprou umas estremeiras ao meu patrão no valor de oitenta contos, ele pôs o tacho, o tacho era dele... e este homem estava a receber da Casa do Povo. Aqui o sr. Francisco Jorge, que era o tesoureiro desta casa... de nome, porque as funções de tesoureiro e de secretário eram desempenhadas pela mesma pessoa (o continuo) — tem também o segredo que estava a receber da Casa do Povo, sendo o genro dos três maiores latifundiários de Albernoa. Numerosas pessoas internadas em sanatórios não recebiam

um chave. Outros, a ti Ermelinda, a mulher do t' Zé Charuto, de dois em dois meses, recebia trzentos escudos. Havia muitas quotas de sócios contribuintes em atraso porque o continuo não as ia cobrar, não só porque desempenhava três cargos e não podia ser um cobrador capaz, mas também porque não convinha andar atrás dos lavradores... E os casos são tantos, que eu não os posso citar todos.

M.E.S. — Podemos então sintetizar o que o Moreira tem estado a dizer: que, de facto, a C. do Povo tinha uma actividade no campo da segurança social dos trabalhadores que não estava de acordo com os interesses dos trabalhadores.

Moreira — Pois... E a partir daí pensamos que isto tinha de ser limpo e fizemos o que está lavado na acta. Alterámos o número de pessoal, sem que isso represente mais encargos para a Casa do Povo. Há mais pessoal, mas menos acumulações. O serviço tem forçosamente que melhorar. Têm-nos criticado por agora termos cá mais gente, mas não são capazes de ver estas coisas tão simples. Também já têm dito: «Ah, agora têm que vir cá dois enfermeiros...» Claro que isso são tudo charlatões, porque as enfermeiras que cá vêm são as que trabalham no movimento convívio. Vêm só a ajudar o António Godinho, que tem ainda pouca experiência de enfermagem, e não são remuneradas.

M.E.S. — Isso é mais uma prova de que estamos ao lado dos trabalhadores. E parece que a saúde dos trabalhadores desta terra não estava a ser devidamente cuidada... Alguns dos amigos pode adiantar alguma coisa sobre isto?

Peixeiro — Bem, eu, sobre isto, também posso dar uma acheira, embora não esteja aqui para me pronunciar sobre saúde. Depois de o médico local da C. do Povo — meu compadre que eu, no entanto, sempre tratava por doutor — me ter recusado uma radiografia, fui a um médico de Ferreira, que me tratou e internou. Foi operado e salvo. Voltei com documentos do hospital, fiz dois relatórios — que me mandaram fazer para receber alguma coisa e, até hoje... nicles! Tive quatro meses de internamento. Depois é que afizaram um papel, dizendo que devia estar aí arquivados — que me mandaram fazer para receber alguma coisa e, até hoje... nicles!

Peixeiro — Bem, eu, sobre isto, também posso dar uma acheira, embora não esteja aqui para me pronunciar sobre saúde. Depois de o médico local da C. do Povo — meu compadre que eu, no entanto, sempre tratava por doutor — me ter recusado uma radiografia, fui a um médico de Ferreira, que me tratou e internou. Foi operado e salvo. Voltei com documentos do hospital, fiz dois relatórios — que me mandaram fazer para receber alguma coisa e, até hoje... nicles!

Peixeiro — Bem, eu, sobre isto, também posso dar uma acheira, embora não esteja aqui para me pronunciar sobre saúde. Depois de o médico local da C. do Povo — meu compadre que eu, no entanto, sempre tratava por doutor — me ter recusado uma radiografia, fui a um médico de Ferreira, que me tratou e internou. Foi operado e salvo. Voltei com documentos do hospital, fiz dois relatórios — que me mandaram fazer para receber alguma coisa e, até hoje... nicles!

Peixeiro — Bem, eu, sobre isto, também posso dar uma acheira, embora não esteja aqui para me pronunciar sobre saúde. Depois de o médico local da C. do Povo — meu compadre que eu, no entanto, sempre tratava por doutor — me ter recusado uma radiografia, fui a um médico de Ferreira, que me tratou e internou. Foi operado e salvo. Voltei com documentos do hospital, fiz dois relatórios — que me mandaram fazer para receber alguma coisa e, até hoje... nicles!

Peixeiro — Bem, eu, sobre isto, também posso dar uma acheira, embora não esteja aqui para me pronunciar sobre saúde. Depois de o médico local da C. do Povo — meu compadre que eu, no entanto, sempre tratava por doutor — me ter recusado uma radiografia, fui a um médico de Ferreira, que me tratou e internou. Foi operado e salvo. Voltei com documentos do hospital, fiz dois relatórios — que me mandaram fazer para receber alguma coisa e, até hoje... nicles!

Peixeiro — Bem, eu, sobre isto, também posso dar uma acheira, embora não esteja aqui para me pronunciar sobre saúde. Depois de o médico local da C. do Povo — meu compadre que eu, no entanto, sempre tratava por doutor — me ter recusado uma radiografia, fui a um médico de Ferreira, que me tratou e internou. Foi operado e salvo. Voltei com documentos do hospital, fiz dois relatórios — que me mandaram fazer para receber alguma coisa e, até hoje... nicles!

Grandes agrários e os assalariados de uma aldeia: ALBERNOA



ninos da Trindade, que eram abrangidos pela Casa do Povo de Albernoa, também quem nunca iam a banhos.

Moreira — Pois. Foi o que eu disse. Era tudo por simpatia.

M.E.S. — Etodos os trabalhadores de Albernoa estão agora cobertos pela Casa do Povo?

Moreira — Só se não quiseram... Até porque, desde que nós cá estamos, já temos mais... perto de cem sócios. Isto agora é mesmo do povo. Tem dado para nós, para o sindicato, acções políticas e tudo o mais.

M.E.S. — É, portanto, um local de reunião dos trabalhadores... Agora era conveniente entrarmos nos aspectos ligados à Junta de Freguesia...

Moreira — Para isso, temos ali o camarada Peixeiro.

Peixeiro — Bem... A eleição para a Junta de Freguesia processou-se da maneira mais cor-

recta e mais democrática possível. Apesar de ter havido uma oposição, fomos eleitos por larga margem, embora o que nos interessava não fosse sermos eleitos, mas que o povo — esclarecido — escolhesse quem quisesse.

M.E.S. — E qual era o passado político desses senhores que se vos opunham?

Peixeiro — Era inteiramente nulo... Para vencerem, lançaram um boato, em que diziam que as nossas listas não serviam, que as deles é que eram as verdadeiras. E nós dissemos ao povo que, dissessem o que dissessem, as nossas listas estavam aprovadas. E o povo, no outro dia, estava em massa e votou. E fomos eleitos. Eles ainda quiseram entrar também na Comissão, alegando que nós tínhamos dito que os quatro menos votados da nossa lista seriam substituídos pelos quatro mais votados da lista deles. Mentira! Até porque a lista vencedora é sempre a lista vencedora e, além disso, os menos votados da nossa lista tiveram muito mais votos que os mais votados da lista deles.

Manuel da Silva — Mas quantas vezes?

Peixeiro — Mas, quando do nosso empossamento, deu-se mais um caso. O presidente da C. A. da Câmara Municipal de Beja expediu no mesmo dia quatro cartas para as Juntas de Freguesia da Trindade e Albernoa que deviam ser empossadas e desempossadas. Pois todos receberam as cartas no dia seguinte (um sábado), excepto nós, que só tivemos a nossa — a marcar o dia e a hora de sermos empossados — na segunda-feira seguinte, dia marcado para a tomada de posse.

M.E.S. — Admite então que tenha havido retenção da carta.

Peixeiro — Sim, sim. Peixeiro — Sim. E o caso já foi exposto, bem... Isto foi um pouco do que se passou. Agora o que nos propomos fazer. Formo a uma reunião à Câmara Municipal de Beja, onde deviam ser apresentados os problemas mais importantes de cada freguesia. Nós dissemos que podíamos estar ali durante mais

de uma hora a falar das necessidades mais prementes de Albernoa — esgotos, águas, baldios, logradouros — mas que o falar não chegava. E propusemos que a Câmara elaborasse um caderno de visitas a todas as freguesias. Foi aceite. O presidente é dinâmico e tem vontade... não tem dinheiro para fazer o saneamento da aldeia que nós pretendíamos feito imediatamente. Além do saneamento, faremos tudo o que for possível para o esclarecimento e mentalização do povo, com vista a processos de luta mais eficazes, mais directos. Antigamente, a J. de Freguesia é que mandava no povo. Agora é o povo que manda na J. de Freguesia. A Junta apenas é mandatária do povo e tem que prestar contas ao povo das suas actividades, ao contrário do que acontecia antes.

M.E.S. — Uma coisa: o camarada Peixeiro disse aí que não há dinheiro para resolver os problemas... Mas será que não há dinheiro em Portugal?

Peixeiro — Lá haver há... Mas está nas mãos de uns tantos diabos que por aí andam, ainda que lhes chamem santos.

M.E.S. — Pois é. Já há liberdade de reunião e associação, mas o que é facto é que os capitalistas ainda estão de posse do dinheiro... Bem... E agora vamos então para as questões relacionadas com a Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas... Que lutas têm travado, que atropelos têm havido à Convenção de Trabalho, quem os tem provocado, etc.

Medeiros — O primeiro a atropelar a Convenção foi o sr. Peite, o maior agrário de Albernoa.

M.E.S. — Pois. Mas talvez fosse melhor começarmos pela formação do Sindicato.

Moreira — Eu posso dizer alguma coisa sobre o assunto. A formação da Comissão Pró-Sindicato processou-se de uma maneira muito simples. Arranjámos uma lista, onde eu não estava incluído, por já fazer parte da C. do Povo (mas junto de quem for preciso). Isto essa que reunia vários tipos de trabalhadores rurais, entre os quais, tractoristas, escolhidos de entre os de mais arra...

Peixeiro — E mais visto.

Moreira — Ao todo, seis elementos: cinco homens e uma mulher. A partir daí, comunicou-se com o sindicato de Beja, a lista foi aprovada e os que a integravam entraram em actividade.

M.E.S. — E adoptaram a Convenção de Trabalho de Beja, não?

Moreira — Sim. Peixeiro — Bem... Eu também não faço parte do Sindicato, mas estou com eles para os ajudar em tudo o que for preciso. Embora tenha só a 3.ª classe e esteja um pouco esquecido, aprendi alguma coisa sobre sindicalismo que ainda pode servir. É necessário é que se defenda os interesses dos trabalhadores. Em tudo desde os 22 anos... e talvez seja um indivíduo ingrato. Eu não devia protestar contra o regime fascista que me deu

uma reforma de 350 escudos para eu comer mais a minha mulher. Já chega... para morrer de fome.

M.E.S. — Bem, uma vez explicada a formação do sindicato, acho que era de passar adiante.

José Mariano — Eu posso falar um pouco sobre o que tem sido a actividade do sindicato até aqui... Bem, já umas quantas vezes a Foma, onde nos eslastraram sobre a nossa actuação face aos agrários, de que procuraram saber o comportamento em relação ao pessoal que lhe foi distribuído.

M.E.S. — E qual tem sido esse comportamento?

José Mariano — Por exemplo, alguns dos agrários não pagaram conforme deviam ao pessoal... em especial mulheres — que lhe foi distribuído... Chico Rocha — E há quem traga homens apanhando grãos e as mulheres que lhe foram distribuídas estão off...

José Mariano — Isso foi tudo uma vingança. Quando houve a distribuição das mulheres, o patrão disse que as avizoria para irem trabalhar. Ora, elas por esse aviso esperaram mais de quinze dias... O aviso só apareceu num domingo a uma hora em que já não era possível arranjar conduto para levar no dia seguinte. E as mulheres não puderam ir; e, como não foram, o patrão disse que já não as queria... Mas tem havido mais atropelos — que a Comissão Pró-Sindicato tem procurado impedir de várias formas. Muitos patrões estão-se a recusar a cumprir a Convenção de Trabalho, mormente em relação aos maiorias, a quem pagam por uma bitola muito abaixo da estabelecida.

M.E.S. — Ora, eu parece-me que é importante fazer aqui algumas considerações... Todos nós sabemos que os patrões vivem sem dificuldades, têm casas luxuosas, algumas das quais não habitam — aquela mansão ali em frente até é capaz de estar fechada... Está mesmo.

M.E.S. — Mandam os filhos para as escolas, para as universidades, enquanto os filhos dos trabalhadores começam logo desde muito novos a trabalhar com os pais... Ora tudo

isso se deve à exploração a que os trabalhadores estão sujeitos. E se os patrões atropelam a convenção é porque sentem precariamente que estão a perder terreno e que — mais ano menos ano — os trabalhadores terão aquilo a que têm direito como os homens que produzem. A história não roda para trás. A exploração do homem pelo homem tem os seus dias contados. E essa exploração reflecte-se em vários aspectos — nos salários, nas condições de trabalho, nos horários de trabalho...

Moreira — Os pastores, por exemplo, trabalham 24 horas por dia que, se não são todas de trabalho, têm de ser de presença.

M.E.S. — É um caso concreto... É, antes de passarmos à Liga dos Pequenos Agricultores, seria bom que o Moreira — que conhece bem a região — nos falasse dela, das culturas que aqui se fazem, da fuga das pessoas daqui para a cidade e para o estrangeiro e as causas que tu achas que influenciarão essa dabançada do pessoal de Albernoa.

Moreira — Bem... As culturas da região são as culturas de sequeiro — o trigo, o grão, as cevadas. Até aqui (e ainda agora), quanto maior era o latifundiário maior proveito obtinha da exploração, porque o governo fascista o ajudava em tudo. A Junta de Colonização Interna devia-lhe um subsídio de 20 por cento sobre o preço da maquinaria. Tinham também um bônus de 550 no preço do gasóleo. Os pequenos agricultores estavam em grande vantagem. Ainda que tivessem uma terra boa, não singravam...

M.E.S. — Como apareceu então a Liga dos Pequenos Agricultores?

Moreira — Por iniciativa do Partido Socialista. Fomos esclarecidos sobre o que era a A.L.A. e a Liga dos Pequenos Agricultores e os motivos por não devíamos aderir à primeira e, a partir daí, fizemos logo uma reunião de esclarecimento, em que se constatou a importância da Liga dos Pequenos Agricultores que, na maior parte dos casos, vivem por do que os assalariados. E acabámos por acordar nos homens que constituiriam

TEJO



Os campos, os assalariados agrícolas e a luta política dos trabalhadores

DEBRUÇAMO-NOS neste artigo basicamente sobre a situação no Alentejo (em particular no Alto Alentejo) porque aí reside o fundamental da nossa experiência.

Mas as conclusões e sugestões nele avançadas parecem-nos trazer a realidade social e política dos campos portugueses onde predomine o trabalho assalariado — no fundo, o Sul e algumas regiões do Centro do País. São os distritos de Évora, Beja e Portalegre — ocupam 13,3% do total da população activa agrícola. E os assalariados rurais são aqui perto de 23% do total em todo o País.

que foi a mecanização da agricultura que dispensou a mão-de-obra, mas a mão-de-obra é sempre necessária. As máquinas, por exemplo, não têm olhos nem consciência para evitar as raízes das oliveiras quando estas são descaudadas.

M.E.S. — Daqui abalou muita gente, é claro.

Moreira — Muita gente!

M.E.S. — E essa fuga dos trabalhadores do campo o que é que provoca? Que, por exemplo, terras de boa qualidade ficam abandonadas e/ou sejam utilizadas para coutadas dos grandes senhores, não é?

Moreira — Por exemplo...

M.E.S. — Como vê tu a possibilidade de grupos de trabalhadores explorarem essas terras?

Moreira — Só num regime socialista, o único caminho que há a seguir. A terra é de quem a trabalha, não pode ter outro dono. Mas a cada tipo de terra devia ser adaptado um tipo de cultivo de cultura, explorada, como tu dizes, por grupos de trabalhadores. Mas, por enquanto, temos só na mão uma parte do poder político. Quanto a poder económico e ideológico, nada.

Não têm. Terão. A história não retrocede. Mau grado a ganância dos latifundiários, que amealham, ameaçam e exploram, a terra será para quem a trabalha. Em Alentejo há a mulher do agricultor que nunca me deu uma palha e que diz que, com dez contos de reis ao canto da gaveta, já a sua criada velha tem a velhice mais que garantida, mas em Alentejo também há o povo, que já aprendeu como se escreve tula e, enquanto possa cometer erros de ortografia ou de pronúncia em palavras que nunca lhe ensinaram, está desperto para enfrentar asserções ridículas e combater ameaças. O socialismo constrói-se, a partir de quem trabalha. O socialismo começa em Alentejo.

M.E.S. — Não tens o documento à mão?

Moreira — Não. Não tenho. Ficou aí uma cópia, mas é o Chico Franco que a tem.

M.E.S. — Uma pergunta: as courelas dos pequenos agricultores são pegadas?

Moreira — Não. É difícil o emparelhamento. Só explorando os latifundiários.

M.E.S. — Quer dizer então que os latifundiários são o trabalho de todo o processo, não?

Vozes — Sem dúvida nenhuma... Ora aí é que está!

M.E.S. — É a fuga dos trabalhadores do campo... a que é devida?

Moreira — Aos salários baixíssimos que lhes pagavam...

M.E.S. — Completamente insuficientes.

Moreira — Há quem diga

1. Elevação do nível de vida dos trabalhadores rurais sem diminuição da exploração nos campos

Durante as décadas de 50 e 60 processou-se nos campos a consolidação do predomínio das relações de produção capitalistas. Os assalariados tornaram-se o sector maioritário da força de trabalho agrícola; a acumulação capitalista na indústria encontra uma fonte importante de financiamento na renda que é canalizada para a indústria pelos bancos.

Nos primeiros anos de 60 foi instituído o horário das 8 horas diárias no trabalho rural. Mas tal só foi feito enfrentando sangrenta resistência por parte dos grandes proprietários rurais e à custa de grandes lutas onde os trabalhadores deram exemplo de grande coragem e combatividade.

Progressivamente os grandes agrários foram perdendo posição e força política no País, apesar de manterem uma G.N.R. fiel aos seus interesses: uma organização corporativa que enquadrava fortemente os operários agrícolas (sistema das Casas do Povo) e representantes políticos com grande influência na governação. E por outro lado, os mais importantes donos de latifúndios cada vez mais iam abandonando as suas terras a rendeiros e os seus interesses cada vez mais se confundiam com os da alta finança que ganhava controlo total da economia do País — não eram as suas rendas uma das fontes de financiamento fora da agricultura?

Cada vez mais a agricultura perdia importância no conjunto da actividade económica em Portugal. Os campos alentejanos ganhavam nova fisionomia; diminuíam as áreas cultivadas e crescia o mato e as coutadas;

importantes parcelas de terra cultivada eram entregues a rendeiros, seareiros e empreiteiros; a mecanização acentuava-se; cresceu o êxodo da força de trabalho rural — sobretudo através da emigração.

Em consequência deste processo ocorreu uma elevação real do nível de vida (e da qualidade) dos trabalhadores rurais. Mas conseguiu à custa de uma dura «revolução» nas condições de existência e não pela diminuição do grau de exploração. Ao contrário, essa exploração antes se acentuou sobre os «que ficaram» — as mulheres e os jovens — e foi-se alimentando dos ganhos de produtividade que a mecanização ofereceu.

Por outro lado, cresceram os períodos de desemprego, quando acabavam os trabalhos mais lucrativos (as ceifas, a cortiça). A subida das jornas levou a que os empresários eliminassem toda uma série de tarefas que não eram absolutamente indispensáveis (desmontar terrenos, limpar árvores...).

E ao longo de todo este processo muito se perdeu da tradição de luta camponesa em to-

do o Alentejo. A emigração levou os trabalhadores mais combativos... A falta de autonomia com que eram integradas as lutas nos campos no quadro da luta antifascista, sempre sacrificados os reais interesses autónomos do proletariado e sem proletariado rurais às exigências do frentismo, diluíram muito a consciência e a perspectiva de classe que em afrontamentos sectoriais os trabalhadores ganharam.

2. O 25 de Abril e a movimentação autónoma dos trabalhadores rurais

O 25 de Abril teve consequências importantes nos campos do Sul do País.

Os instrumentos privilegiados da opressão sobre os explorados — em primeiro lugar a G.N.R. e a Pide, mas também os caciques locais e, sobretudo, a estrutura corporativa das Casas do Povo — foram duramente fustigados pela movimentação popular. O saneamento das autarquias e, essencialmente, a ocupação das Casas do Povo, para, em seu lugar, lançar as bases do Sindicalismo rural, têm sido autênticos processos de massas que ultrapassaram de longe toda e qualquer organização com ambições ao controlo em «exclusivo» do movimento dos trabalhadores!

Sem a consciencialização e organização capazes de os unir politicamente aos objectivos da luta do proletariado industrial, os trabalhadores rurais movimentaram-se, não obstante, com relativa autonomia em relação às outras classes sociais presentes nos campos dando às suas movimentações um conteúdo difícil de conciliar com projectos capitalistas de uma tranquila reconversão da agricultura.

Inicialmente sem capacidade de resposta privadas dos aparelhos estatais que sempre lhes tinham garantido a submissão dos trabalhadores, as classes exploradoras só conseguiram reagir e reorganizar-se em fins de Maio — meados de Junho. Essa reorganização faz-se pela total subordinação de todos os que vivem da exploração da força de trabalho rural às directrizes dos capitalistas financeiros.

A A.L.A. (Associação Livre dos Agricultores), tem conseguido chefiar o conjunto das camadas de proprietários e empresários agrícolas; negociou em Beja e Évora contratos de trabalho, assim que foi reconhecida a sua representatividade pelas Forças Armadas e pelo Ministério do Trabalho. Mas qual é a estratégia de defesa da exploração capitalista nos campos que a A.L.A. encarna?

Em primeiro lugar, procura cimentar uma aliança de todas essas camadas que exploram os produtores agrícolas, portanto os grandes, pequenos e médios

proprietários, os rendeiros e seareiros. Esta aliança mais não é do que alinhá-los de uma maneira subordinada à estratégia do capital financeiro. Existem factores poderosos que dificultam este desígnio — o carácter parasitário de importantes sectores de proprietários da terra que continuam a sugar elevadas rendas que muito diminuem os lucros dos pequenos e médios empresários; as dificuldades de financiamento e crédito; o custo de adubos e meios de produção, etc.

Existe contudo um terreno que unifica todos os que vivem da exploração da força de trabalho alheia nos campos: a política de salários e de emprego. O meio das grandes subidas dos salários, de uma eventual obrigação em garantir emprego todo o ano aos jornalheiros e do fim dos despedimentos sem justa causa é o que de facto pode unir, e tem unido até agora, todos os proprietários e capitalistas agrários num bloco anti-operário.

A tradicional palavra de ordem com que se procura captar a pequena e média burguesia rural para o campo de luta da classe operária — «a terra a quem trabalha» — torna-se perfeitamente ineficaz. Aqueles que, eventualmente, aderem a esta medida de reforma agrária são dos que mais temem subidas de salários; os pequenos produtores independentes (que não empregam trabalhadores assalariados) são de qualquer forma uma sobrevivência pouco significativa... as soluções indicadas são as determinantes na configuração futura das relações de classe nos campos e os problemas para já são o nível salarial e o emprego.

Todos os problemas nos campos são por isso canalizados para a negociação de contratos colectivos de trabalho que na óptica patronal cumprem os dois objectivos seguintes:

...esparrilhar as lutas dos trabalhadores em negociações de cúpula, onde se joga na presença de elementos mais «razoáveis» e apaziguadores...

...permitir desencadear um processo de despedimentos massivos os trabalhadores, levando-os a procurar isoladamente o cumprimento dos contratos, pelos meios legais — recurso ao I.N.T.P., onde permanecem os funcionários corporativos cujo saneamento está bloqueado.

Nesta base, o capital procura levar por diante a reconversão agrícola que acelere significativamente a concentração da propriedade, rentabilize a exploração agrícola segundo as exigências da consolidação da ordem capitalista em Portugal, à custa dos operários rurais e pequenos proprietários isolados. Aos sectores intermédios da burguesia rural está reservada uma posição decidente na exploração do operariado agrícola.

Perante isto como têm respondido os trabalhadores? — A verdade é que a capacidade de resposta à tática do patronato tem sido reduzida sobre os

trabalhadores nos campos alentejanos.

Divididos pelas condições de existência de trabalho, parceladas as suas lutas pelos particularismos locais que a dominação ideológica burguesa fomentou, os trabalhadores rurais não têm conseguido um grau de organização autónoma capaz de os opor vitoriosamente às manobras patronais.

A construção dos Sindicatos agrícolas não tem rompido a tutela das forças políticas que tradicionalmente influenciam a luta dos trabalhadores. Quer isto dizer que se verifica um paternalismo parasitário (do ponto de vista da movimentação autónoma dos trabalhadores) por parte das forças interessadas na consolidação da ordem instaurada pelo 25 de Abril, forças essas cada vez mais temerosas dos avanços da luta dos trabalhadores que não obedecem aos seus compromissos governamentais.

Quer-se dizer com isto:

— Por um lado, a prática sindical situa-se exactamente no terreno que a iniciativa patronal privilegia, salários e emprego.

— Por outro lado, para não «assustar» os sectores intermédios da burguesia rural, o que os integra totalmente na estratégia reaccionária do capital, opta-se por conter essas reivindicações.

Esta situação contraditória leva à contenção deliberada de todos os esforços de luta autónoma do operariado agrícola. Este compromisso implica que se acritar, ao fim e ao cabo, fazer recair sobre os trabalhadores do campo os custos da consolidação do novo regime, no que diz respeito a manter toda a estrutura de propriedade e a livre actuação das tendências históricas da concentração capitalista.

3. Perspectiva das lutas nos campos

Para unir as lutas dos trabalhadores rurais à luta de todos os trabalhadores portugueses torna-se então necessário ter presente:

— Os interesses reais do proletariado e semproletariado rurais só podem ser defendidos saindo da «armadilha» da luta exclusivamente centrada no nível de salários e na garantia contratual de emprego todo o ano.

— Estes objectivos, ainda que importantes, têm de ser integrados numa perspectiva de luta anticapitalista, lutando por uma reconversão imediata da estrutura de divisão da propriedade e da exploração da terra, da organização e da distribuição da produção que combata a sobreexploração dos produtores agrícolas.

— Não poderá haver luta dos trabalhadores rurais consequente sem que a criação dos seus Sindicatos rompa a tutela das forças reformistas, e sem que se avancem estruturas autónomas que dêem «voz activa» aos explorados e oprimidos nos campos e influenciem as suas lutas com a luta do proletariado industrial.

REESTRUTURAÇÃO

Esquerda Socialista incluirá sempre, semanalmente, uma mesa-redonda sobre um tema concreto que diga fundamentalmente respeito às situações e às lutas dos trabalhadores portugueses.

Esquerda Socialista entende ser fundamental fazer participar nessas mesas-redondas militantes de correntes políticas diversas e empenhados nas lutas bem como pessoas que, pela sua competência profissional, possam dar qualidade e profundidade ao tratamento correcto e adequado desses temas.

Para o seu número zero resolveu Esquerda Socialista escolher o tema «Reestruturação Sindical e luta anti-capitalista».

Porque a futura legislação de reestruturação sindical se anuncia para breve e a sua discussão importa extremamente a todos os trabalhadores e militantes; porque nela não têm participado consideramos essencial reunir, à volta de uma mesa, o maior número possível de militantes sindicalistas que, com essa finalidade, pudessem contribuir para a discussão de um tema tão importante.

Convidámos, para esse efeito, militantes sindicalistas de vários sectores profissionais e um militante ligado à Intersindical, por circunstâncias diversas apenas foi possível reunir os seguintes camaradas:

Manuel Correia Lopes (Lanificio) dirigente desde 1970 do respectivo Sindicato; Integra ainda actualmente o secretariado da Intersindical.

António Ramos (Lanificio) dirigente em diversos cargos directivos do respectivo sindicato; militante também na União das Sindicalistas do Sul.

Eduarda Diabólio, professora, candidata pela lista B nas eleições para a Comissão Directiva Provincial do Sindicato dos Professores (zona de Lisboa, Setúbal e Santarém).

C. Galante (Quinco) dirigente sindical.

Rita (Divisão) dirigente sindical.

Luís (Ferreiros Guedes) (Bancação) antigo dirigente sindical destituído em 1971 pelo governo fascista.

Convidámos para moderar esta mesa-redonda um militante do M.E.S., **Agostinho Roseta**, que no sector sindical tem trabalhado e há muito anos do 25 de Abril.

Todos estes participaram na discussão como militantes sindicalistas e não em representação do seu sector.

Agostinho Roseta (moderador) — A primeira coisa que nos queremos colocar aqui são os camaradas e a seguinte: qual a linha de acção sindical que consideram mais adequada ao actual momento político e económico português, a situação em que se encontra a classe operária portuguesa? Qual a linha de acção para que a luta sindical em Portugal se imponha efectivamente numa estratégia anticapitalista que tenha, portanto, por objectivo único, a libertação total da classe operária? Isto se as camaradas considerarem que é possível uma luta sindical tendo tal papel. Se considerarem que não, agradecemos portanto que afirmassem isso e avançassem algumas coisas no sentido de esclarecer quais os condicionamentos fundamentais que consideram haver, neste momento e em Portugal, que possam impedir que a luta sindical seja efectivamente uma luta anticapitalista e que se inscreva numa estratégia de libertação da classe operária portuguesa.

— A consequência por perguntar aqui ao camarada Guinote é o que é ele tem para nos dizer sobre isso.

C. Galante (quinco) — A linha sindical mais adequada é a que o sindicato dos quinicos anunciou através do seu primeiro jornal, jornal esse que vai sair periodicamente, quinzenal, e que é um sindicalismo de classe e não sindicalismo de classe é uma das correntes políticas, uma das correntes sindicais que se vão defrontar no panorama sindical português, a par da corrente reformista... sindicalismo de cúpula, e penso portanto mostrar isso mais claramente no sintetizado apontado e praticado pelos lanificos. Não sei se se está isto, mas gostava de ver confirmada ou negada esta posição.

Uma outra opção sindical, que não pensamos vir de encontro à necessidade da luta da classe operária em Portugal, pela sua emancipação e pelo derrube do capitalismo. É um sindicalismo que se baseia numa linha de massas, que dirige os trabalhadores procurando educar-se também no meio delas, portanto deturca quando não se tem a intenção de transformar a sua luta de forma a servir os seus interesses. Portanto pôr na prática, da melhor maneira, os anseios dos trabalhadores.

Este tipo de sindicalismo é um sindicalismo de luta, como facilmente se compreende — e, contrariamente aos reformistas, afirma que, por exemplo, a greve é necessária como forma de educar os trabalhadores, dando estes pontos fundamentais para a luta sindical e nela serem educados. As greves, por exemplo devem ser aproveitadas para educar politicamente os trabalhadores, explicar-lhes todo o processo da exploração capitalista e a necessidade da luta política para poderem avançar no caminho para o Socialismo.

Há uma estrutura que permitiria coordenar a ligação Sindicato-Trabalhadores que é a Comissão Sindical Operária de cada fábrica, que é uma comissão ampla, contrariamente ao que antes tínhamos no futuro, com delegados sindicais, cinco ou seis ou oito, agora Comités Sindicais Operários são amplas, devendo merecer a atenção e a confiança dos operários pela sua estrutura devem estar integradas por representantes de todas as secções da fábrica.

— Ora, perguntava-se lá condicionamentos para pôr esta linha sindical em prática. Na verdade a lei anti-greves que saiu é um condicionamento. A nossa linha sindical precisa de tempo mais livre para a sua acção. Portanto as greves não deviam ser controladas tal como passaram a ser, a greve política pois, é uma greve necessária que a si não contém e que limita também mais ainda a acção dos Trabalhadores. Por exemplo obrigando a tempos de espera (paros) que na verdade não nos podemos aceitar, penso até que competiria aos trabalhadores testes comerciais que eles o irão fazer ultrapassar todas as limitações da lei.

— Já antes, no fascismo, não havia lei para a greve e os trabalhadores faziam-na; mesmo também que, em Portugal, isso irá acontecer e os trabalhadores de novo irão ultrapassar os limites da legislação que lhes foi imposta.

Agostinho Roseta — Depois daquilo que o Guinote disse, o termo que ele apontou para um sindicalismo de classe que talvez não tenha sido bem esclarecido, pois penso que quando se diz de classe se deve dizer o carácter de classe da própria intervenção política.

Apontar algumas linhas daquilo que considero ser mais correcto não determino trabalho sindical: eu penso portanto que as camaradas tentarem responder a estas perguntas e a algumas das questões que ele só sublinhou não tem qualquer importância, mostrando as diferenças nas nossas perspectivas.

— Por isso, e já que ele se referiu aos lanificos, eu peço a Manuel Lopes que nos dísse alguma coisa sobre o que pensa que pode ser a luta sindical em Portugal.

Manuel Correia Lopes (lanificio) — Estamos numa situação em que a classe operária está cheia de problemas e necessita de se voltar a si própria e começar a avançar. Tendo a impressão de que isso não é muito difícil, mas verificar os dias que se seguiram ao 25 de Abril. As pessoas deturcaram, avançaram. Aquilo que se tem verificado é que determinado tipo de través têm tentado, de algum modo, impedir uma continuidade na luta e isto é tremendamente importante.

Acho que os sindicatos têm um papel fundamental a desenvolver neste momento em Portugal. Não são organismos políticos, na verdade, mas são organismos de massas e são por isso essencialmente destinados a conduzir a acção das grandes massas. E sobretudo do âmbito da luta de classes, no confronto entre capital e trabalho, do confronto com a exploração capitalista e que afecta todos os trabalhadores que a acção sindical se torna mais importante. Assim, há um papel importante e há um espaço tremendamente grande e que de modo algum se pode menosprezar e que é o campo de acção dos sindicatos.

— Parece-me que, quanto a questões organizativas e quanto à forma como esse espaço tomar que há para preencher uma forma ou tomar outra isso dependerá até do próprio tipo de organização, há no entanto que privilegiar a iniciativa dos próprios trabalhadores, sem cair num abismo puro e simples, sem órgão algum de coordenação e de globalização das lutas desorganizadas.

Se é de aproveitar todo o espontaneísmo das pessoas, é preciso também dar-lhe uma forma e um conteúdo globalizador e tornar essa luta não numa luta apenas local e por isso importante: mas perante a força que o capital apresenta dar-lhe uma perspectiva de luta ao nível de uma classe por intervenção, prospectiva, digamos, mais ampliada.

— E parece-me que aqui os Sindicatos podem coordenar, podem organizar, podem ajudar a desenvolver pontos para esse trabalho.

— Parece-me que os trabalhadores, ao nível dos sindicatos, têm de controlar, criticar e apoiar os actos dos dirigentes mas só aqueles que eles acharem que devam apoiar. As direcções, acho que não se podem e não se devem colocar naquela situação de «greves, paros, manifestos» — é simplesmente dirigismo.

— Parece-me que embora o 25 de Abril tenha criado algumas condições de luta, condições essas a aparecer um certo progresso que é bem visível. E é visível porque não já sabemos que é a lei de greve: uma lei de greve altamente limitativa, que coloca prazo e que é contrária a tudo o que a experiência de luta da classe operária em Portugal mostrou antes do 25 de Abril, durante o período do fascismo.

— E uma Lei de Greve inactivável pela nossa parte, mesmo ao nível de camaradas dirigentes do Sindicato em que greves e doutrinas.

— As pessoas têm manifestado esta opinião: a lei da greve não tem importância, tal como não está regulamentada, só interessa ao Capital.

— Eu diria mesmo que qualquer lei deveria, quando auto, anunciar princípios genéricos e não regulamentar as coisas tal como elas estão regulamentadas. Isto é o que a maioria dos países europeus tem como regulamentação da greve.

Sobre a lei sindical fala-se na possibilidade de um sindicalismo unitário. Eu queria aqui dizer que defendo a posição de que os sindicatos em Portugal devem manter uma unidade; parece-me que é verdade que existem os sindicatos no Europa, mesmo

havendo várias correntes de opinião. E o caso, por exemplo, da Itália, em que secções em lutas, sectores de ponta, como os Químicos, Têxteis, Metalúrgicos já têm Federações e Confederações unitárias. A nível geral o movimento sindical italiano para uma grande consideração que englobará todos os operários, todos os correntes de opinião. Noutros lados também se começam a dar os primeiros passos nesse sentido.

— Mas parece-me que em Portugal esse problema é mais cedo devido a uma classe operária relativamente pequena, a própria dimensão que temos como país. Há que fazer um esforço. Não um esforço em que uma corrente sindical esteja insatisfeita e obrigue todos os outros, mas um esforço em que o conjunto de correntes que hoje existem, e têm de ser reconhecidas, possam de facto construir e prospectar todo um trabalho unitário que vá de encontro às reais necessidades da classe operária.

— No entanto, parece-me que não é solução, e isso será de regular e de combater se se verificar que a lei venha impedir obrigatoriamente qualquer espécie de sindicalismo único, de confederação unitária.

— Parece-me que a lei deve estar sempre aberta à possibilidade de criação de outras sindicais. Mas, como já afirmou, penso que não é mais dependo ou na criação de muitas centenas ideológicas que se encontrarão o melhor caminho para os trabalhadores em Portugal.

— Nas suas intervenções o Manuel Lopes e o Galante citaram algumas questões. Gostava de destacar alguns pontos, para fazer avançar esta discussão.

— Quanto a, certa altura, o Guinote diz que o sindicato deve ser uma linha de massas, terá mesmo um papel de direcção dos trabalhadores, o Manuel Lopes fala de um incentivo à iniciativa dos próprios trabalhadores, embora sem os abandonar ao seu espontaneísmo e tentando conduzi-los para a globalização e para a unificação dentro de uma luta.

— Eu pergunto agora ao Guinote, até porque ele tem estado integrado no sector dos quinicos, como é que ele vê a linha política mais correcta neste momento em Portugal, para a defesa dos trabalhadores; como é que ele vê a possibilidade de os trabalhadores dos sectores que têm uma situação de classe muito mais ambígua do que os operários nos outros, no campo sindical e no político, possam de classe totalmente anti-capitalista.

— Gostava que nos dísse alguma coisa sobre isso, alguma coisa retirada da sua experiência.

Ferreiros Guedes (Bancação): Depois da intervenção do Guinote e do Manuel Lopes muitas das coisas que eu poderia dizer já foram ditas.

— Contudo, há um aspecto que me parece de realçar ainda: a necessária perspetivação da actividade sindical no sentido de uma luta anti-capitalista.

— Se o quadro de fundo é a exploração a que está sujeita, numa sociedade capitalista, a classe trabalhadora, é nessa exploração, necessariamente, que terá de ser combatida, não apenas no sentido da correcção dos seus limites, mas na sua própria existência na sua própria ideologia.

— Ou seja, em termos, porém, em que as organizações sindicais devem desenvolver a sua luta anticapitalista? É esta a primeira questão a pôr.

— E que a luta anticapitalista é a luta desorganizativa, também, pelos partidos políticos de orientação socialista, adogarem eles uma via revolucionária ou uma via reformista. A primeira via poderá parecer, portanto, que entre actividades desses partidos políticos e das organizações sindicais nenhuma diferença exista. Evidentemente, tal não é exacto.

— Ainda que propôssemos objectivos idênticos coincidentes, a verdade é o que cada um tem a sua linha própria de acção, o seu próprio caminho, a sua própria via.

— Cabe às organizações sindicais um trabalho essencialmente pedagógico, um trabalho de educação e reforço da consciência de classe dos trabalhadores, o que, no nosso caso particular, me parece muito importante dado o grau de despolitização e ausência de desinteresse em que se encontra grande parte da população portuguesa.

— Empec-se, assim, no político diário, levar os trabalhadores a perceber-se da exploração a que estão sujeitos e das contradições do sistema que originaram uma exploração, de forma a que eles se insiram no processo de luta de classes permanentemente conscientes do papel que lhes cabe dentro do mesmo movimento.

— Pelo contrário, opõe-se por um trabalho de ordem, totalmente desligado das massas, e de facto inactivamente dirigida.

— E que está sendo dada a orientação adoptada é para mim tanto mais lamentável quanto é certa que o 25 de Abril criou condições novas de participação, não só na medida em que se ultrapassaram muitos dos condicionamentos que colocavam as necessidades de trabalho colectivo e o direito de reunião, mas também porque se passou a pensar a estar muito mais receptivos em trabalho.

— Impunha-se, portanto, que as organizações sindicais, em tais circunstâncias, tivessem elas próprias propiciado novas e mais favoráveis condições de acção, o que não aconteceu.



Em vez disso, tudo tem sido feito para sustar os anseios legítimos das massas trabalhadoras, até há pouco por 48 anos de fascismo e, agora, pela incoerente interpretação do momento que se vive (ou viviu) tanto por parte dos sindicatos como dos próprios partidos.

Só quem não sentiu de perto, nos locais de trabalho, o pânico em que viveu a burguesia nas primeiras semanas a seguir ao 25 de Abril, pode ter dúvidas sobre a correção que representa a linha política adoptada.

E o que lamentamos mais é que, em determinados casos, para se travar a luta dos trabalhadores e, ao comprometer perante a opinião se adoptam medidas que nada ficam a dever aos que foram utilizados até ao 25 de Abril.

Agostinho Rosas — O Guedes falou, num dos pontos da sua intervenção, no interesse em que a organização sindical portuguesa passasse a ser organizada por sectores de actividade e não por profissões, como basicamente acontecia no período do fascismo. No entanto, eu sei, por exemplo que Guinote e os camaradas dos químicos, punham, e não sei se põem ainda, algumas objecções a esse tipo de sindicalismo por considerarem que os trabalhadores ainda estão pouco politizados e que há ainda militantes sindicalistas pouco preparados, que a influência dos empregados administrativos, que têm uma posição de classe um pouco diferente, pode introduzir algumas modificações e vir a ser como resultado que as organizações sindicais sejam controladas, não pelo operariado, pela massa dos explorados, mas sim por outros sectores.

Não acredito, já há vários anos que existia um sindicato por actividade. Eu gostava que o António Rosas nos falasse acerca destes problemas.

Rosas (lanfónico): Primeiro que tudo, em face da questão proposta, parece-me que o sindicalismo, digamos, vertical, a linha traçada pelos lanfónicos é de sector sindical vertical e é mais conveniente para a classe trabalhadora. Quer ao nível sindical de lanfónicos, quer afiliação, quer constituição, quer profissionais dos lívres, têm encontrado no sindicato dos lanfónicos, uma maior adesão e uma maior compreensão. Porque as pessoas dentro de uma fábrica, compreendem plenamente, todos os problemas que surgem no seu dia a dia. Todos nós, vivemos os mesmos problemas, ao passo que nos outros sectores assim não acontece. Por exemplo, no campo das construtoras querem fazer as suas reivindicações, as suas lutas e há os outros sectores fundamentalmente escrutórios e outros mais hierarquizados que por vezes estão até separados da própria empresa ou até do próprio local de trabalho.

Há, por exemplo sectores de corte ou de armários que não aderem às lutas reivindicativas dos próprios trabalhadores. Nessa conformidade, vejo que os trabalhadores, nestes casos, não têm uma luta homogênea e por conseguinte há todo um desfasamento de lutas e isso só pode interessar aos patrões, exactamente porque não há a convergência de esforços, não há uma diversidade de esforços na medida em que nada qual pensa a brasa à sua sardinha, outros dizem que não é oportuno, etc., etc.

Agostinho: Uma outra coisa que eu te queria perguntar. No sector das construtoras, a que se refere e nomeadamente nas condições de trabalho são os últimos tempos a torna-se em cada vez maior a falta de despedimentos e, face a isso, têm havido casos como a Sogant e outros em que os trabalhadores têm assumido formas radicais de luta. Eu queria que me dicesse alguma coisa sobre os avanços que os trabalhadores têm conseguido e à custa de que tipo de luta eles o têm conseguido. Por outro lado gostaria que me dicesse qual tem sido a posição de alguns sindicatos, do próprio Ministério da Trabalho e quais serão os efeitos dessa lei como esta agora da greve que impede a ocupação das empresas.

Rosas: Quanto aos problemas relacionados especialmente com o sector das construtoras talvez nosado algumas coisas importantes após o 25 de Abril.

Fundamentalmente falaste no caso da Sogant. Uma parábola de máis, podemos dizer assim, conseguiu fazer todo um tirano, toda uma luta até ao ponto culminante de, fazendo as suas reivindicações e não sendo satisfeitos, actuaram como lhes competia — tornaram as suas coisas o rumo do local onde trabalham.

Agostinho: Em relação à questão dos travões, dos sindicatos, do Ministério do Trabalho?

Rosas: Em relação ao Ministério do Trabalho há travões de toda a maneira e feitio. Os travões são variadíssimos, desde dizer aos trabalhadores para pararem com as suas lutas, dizendo que vão resolver os seus problemas e afinal estes nunca são resolvidos até outros exemplos. Os trabalhadores correm para lá, logo e de cada, gastando aquilo que não ganham, aquilo que lhes faz falta e não vê mais os trabalhadores são desorientados nesse Ministério, que dizem que já não é o Ministério do Trabalho, mas sim o Ministério dos Patrões.

Em relação à lei da greve evidentemente que os trabalhadores não podem estar de acordo sem esta lei. É, pelo facto de não serem sequer convidados nem um parágrafo dessa dita lei e por conseguinte não podem estar de acordo. Tenho ouvido mesmo junto do Ministério do Trabalho, do seu próprio Ministério, que se estão marimbando para a própria lei, porque a lei tem de ser nos locais de trabalho e pelos trabalhadores e no estudo completamente de acordo com essas afirmações porque a gente não pode estar à espera que venham nos ditadas de cima, mas

temos de ser nós que temos de ditá-la com a nossa força, com a nossa união.

Agostinho: A lei da greve vem proibir, por exemplo a ocupação das fábricas. Há no sector em que tu tens intervenido algumas fábricas que estão ocupadas pelos trabalhadores e, mesmo em alguns casos, a conselho dos sindicatos e mesmo do Ministério, de início não adoptaram a ocupação das fábricas.

Como é que os trabalhadores têm estado a fazer face a esta situação de ocupação dos locais de trabalho? Isso tem estado a limitar a sua luta ou os trabalhadores têm sido capazes de ultrapassar as limitações legais que agora foram impostas?

Rosas: Há um caso depois do saída de lei. Uma operária foi despedida. Acontece que os trabalhadores, em face da recusa do patrão de admitir a reintegração na empresa da sua colega, pararam imediatamente. Isso levou a que no dia seguinte fossem chamados todos ao Ministério do Trabalho e os arredores com a dita restrição da Lei da Greve que não podiam estar a ocupar a fábrica, etc.

Os trabalhadores, só porque foram intimidados e de que maneira, no dia seguinte abandonaram a fábrica, o local da fábrica não tinha as suas reivindicações. Não quer dizer com isso que não se amedrontaram, porque amedrontaram-se sim, à primeira vista, mas depois de consultarem alguns membros do sindicato chegaram à seguinte conclusão: não tinha nada a perder. Uma vez que o patrão tira o pão a uma trabalhadora tem que tirar a todos. Então decidiram ocupar mesmo a outra fábrica ultrapassando o que a lei lhes dizia fazer. E então na vésperança, se quer apana o patrão não readmitir a sua colega, então se marimbando mesmo para a lei e não farão...

Nota-se que as pessoas não estão intimidadas.

Agostinho: O Rosas falou aqui a dada altura que os trabalhadores, face às limitações da lei e às ameaças do Ministério, deixavam de se amedrontar e de automatizar a sua luta porque tomaram consciência de que não tinham nada a perder. Mas se isso se passar positivamente com os operários, e capaz de não se dar com professores, com trabalhadores de serviços e portanto, noutros campos, limitações desse tipo, outras limitações de ordem legal, das exigências de impedir de modo mais efectivo que a luta sindical se desenvolva de modo a que esses trabalhadores não produtores se coloquem efectivamente ao lado dos operários na sua luta, quer por objectivos localizados, quer na sua luta pela libertação total.

Por isso eu perguntava-te a ti, Eduardo, como é que dentro do trabalho sindical que tem vindo a desenvolver no sindicato dos professores, da experiência que não é muito grande e se resumiu praticamente às eleições e o que tem acontecido depois disso, como é que tu vês dentro desse sector, que tem muitas características muito específicas, como é que eu se poderá ou não integrar na luta sindical global numa perspectiva anticapitalista.

Eduardo: É realmente um sector muito especial, sei por isso que acabas de dizer, pelo facto de o sindicato não existir propriamente ainda não ter estatutos, não estar a funcionar, não haver absolutamente nenhuma prática sindical anterior ao 25 de Abril talhada como em muitos sectores, como aqui foi referido é também um sector muito especial ainda pelo estatuto de classe, isto é, pela origem de classe dos professores, não é propriamente um sector de serviços (como o dos bancários de que se falou) mas também não é um sector operário de maneira nenhuma. Portanto tem uma situação um pouco estranha até pelo facto de envolver funcionários públicos e professores que não são. Portanto isso tudo vai pôr os professores perante problemas concretos que não se vão encontrar exactamente nos outros sindicatos lidos.

É realmente um dos problemas fundamentais neste momento, saber como articular a luta dos professores, que não estes que eu acabo de descrever — de todos os tipos e com um estatuto de classe muito especial — com a dos trabalhadores produtivos.

Dei, nessa situação, um possível assaçar um programa de candidatura que se declarou clara e explicitamente anti-sindicalista.

Assim foi possível defenestrar-se instituições muito reivindicativas dentro do sindicato, chamando realmente as coisas pelo seu próprio nome to que ainda não se passou em todos os sindicatos. Mas para que a luta seja verdadeiramente anti-capitalista, há a necessidade da referida articulação. De qualquer maneira, por desce, avança desde já qual o tipo de reivindicações a fazer e sobretudo a perspectiva dessas reivindicações que não Sindicato de professores não pode ser, de maneira nenhuma, o mesmo que nos sindicatos de trabalhadores operários.

As reivindicações de tipo económico, por exemplo, terão de necessariamente de passar para segundo, terceiro ou quarto plano em face das reivindicações de outro tipo. O nosso papel principal no sentido de uma acção sindical que focou aqui definida, tem de insistir e reivindicar principalmente uma função diferente do professor dentro da escola e uma função diferente para a própria escola.

Assim, considerando-se que a escola tem sido um veículo de uma ideologia burguesa, trata-se de, através desse Sindicato, exercer uma acção pedagógica, que há ficado disse o Guinote também disse no sentido de levar os professores a reflectirem e a desactivarem que têm sido o veículo dessa ideologia burguesa, para que eles próprios tenham na medida do possível e na medida em que a sua origem de classe o permita, continuar a sê-lo e portanto contribuírem para o duplo desbloqueamento ideológico

de toda uma classe.

Isso conseguir-se-ia através de reivindicações como a de autonomia para a escola, autonomia que se reflecte, por exemplo, na possibilidade de insirir na sua escola no ambiente geográfico e social, essa inserção que implicaria também uma relação possível com os sindicatos das zonas onde se inscrevem as escolas.

É através desta perspectiva das reivindicações que nós pensamos que talvez os professores, apesar da sua origem de classe e apesar de serem um sector diferente, possam combater ao lado dos sindicatos doutro tipo e de luta de trabalhadores.

Agostinho: Eu queria só fazer-te uma pergunta. Referiste acerca altura que as reivindicações que visam avançar para os professores, ao nível sindical, não eram fundamentalmente económicas, talvez vocês faram um peso fundamental nas reivindicações de carácter político estrito, ao nível de conteúdo e da função do ensino) e isso levanta-me uma questão que eu gostaria de pôr aqui e que é normalmente bastante exacta. Isto é, se o sindicato deve desenvolver uma luta meramente económica, deixando a luta política para os partidos, como entidades absolutamente estanques e separadas, ou se, pelo contrário, efectivamente isso não se deve passar e a luta sindical é uma luta política e como tal deve ser entendida.

Eu gostava que me esclarecesse isto. E por outro lado, penseste um certo peso nisso e deu-me a sensação que foi como que podesse evitar que a vossa luta reformista e perfeccionista integrada no sistema capitalista não passasse, pelo contrário, apesar de todas as limitações, ter um cubo anti-capitalista demarcado, que vocês insistam em poltizar (diziam assim) a vossa luta sindical. Eu gostava que me esclarecesse se efectivamente isso é isso e que é que entendes desse dualismo luta económica-luta política e de que maneira é que isso estará relacionado ou não com o carácter de classe da luta sindical.

Eduardo: Quanto às reivindicações económicas não disse nem desmerecer que não se deveria reivindicar nada que fosse de carácter económico, aliás, porque não se podem separar todos aspectos.

Aí, porque, dentro dessa classe burguesa de salários e professor em relação à técnica, ou a magistrados, está desfavorecido...

A luta económica do tipo que atrás se mencionou parece poder ser assada sem perigo de se cair necessariamente num reformismo desde que se perspetive de forma a não transformar os professores numa «classe» e a não transformar o Sindicato dos Professores num sindicato corporativista. Quer dizer: isso teria que acompanhar reivindicações de salários nos outros sindicatos. Pode-se ter julgado, pelo que eu disse há pouco, que o exigir salários mais elevados equivalia para nós necessariamente a seguir-se uma linha sindical reformista o que não é verdade, desde que correctamente perspectivada isso poderia ser ultrapassado.

Por outro lado, o que se passa é que a «mistura» com que os professores lidam, o «trabalho dos professores» é a ideologia, isto é, um terreno em que a luta política, a luta ideológica se confundem de forma mais evidente, com muita parte sobreavolvida da própria classe, digamos. Será um sindicato em que mais facilmente se verá que, dentro deste tipo de organizações se pode prosseguir efectivamente uma luta política, o que não quer dizer partidária. Não idêntica, como professores, quotidianamente, com política nos comités do ensino, da maneira como a própria escola está organizada. Na forma diferente de lidar com as pessoas de diferentes classes sociais e, na selectividade que há dentro do próprio ensino, estamos sempre a confrontar-nos no dia-a-dia, hora a hora, minuto a minuto, com problemas políticos. Logo ao sair, por exemplo, certas condições de trabalho, talvez mais, isto talvez seja exagerado do que um operário, está-se a pôr de forma imediata um problema político porque está-se a discutir e a pôr em causa uma ideologia dominante e recusa-se o veículo da classe dominante e a que provavelmente se percebe, tornando-se vigilante em relação àquilo que faz. Portanto não se pode distinguir, de maneira nenhuma, num Sindicato de Professores, a acção política da acção sindical stricto sensu.

Agostinho: Voltando um pouco à temática que estamos a tratar anteriormente, eu perguntaria ao Rosas que me dicesse algo sobre o seguinte: Foi referido aqui a lei da greve e dum modo geral as pessoas associaram ao sentido de que os trabalhadores não tinham sido consultados, que o regulamento era uma limitação e foi referido mesmo pelo Guinote que haveria problemas graves como a questão dos períodos de espera (grupos).

Min não foi dito aqui nada e eu gostaria de saber a opinião sobre um problema que até tem acontecido na prática e é o seguinte:

«A lei, segundo parece, dá apenas a iniciativa, o poder de iniciativa de declarar uma greve aos sindicatos, embora também a conceda aos trabalhadores, mas apenas em circunstâncias muito específicas. Daí se vê que, no sector a que tu estás ligado, houve, por exemplo, a greve da Timex onde de certo modo, e talvez no bom sentido, se pode dizer que os trabalhadores ultrapassaram as estruturas sindicais, que, provavelmente, não existiam na prática, se organizaram e desenvolveram uma greve».

Em que sentido é que tu concordas de algum modo com a limitação que a Lei põe, ou por outro lado se tu combates a partir dessa experiência que poderia acompanhar de perto, que a possibilidade de os trabalhadores desenvolverem greves, não é uma possibilidade negativa e pode ter efeitos positivos e em que sentido sentes, efectivamente, dev haver autonomia por parte



dos trabalhadores para desenvolverem as suas lutas ou pelo contrário se devem inevitavelmente estar dependentes do órgão sindical para poderem desmobilizá-las.

Reis (torrives). — Antes de responder concretamente à pergunta há que definir aqui um ponto para entrar na ordem de trabalhos.

O 23 de Abril parece que não aparece por aqui; o 25 de Abril aparece-nos porque o avanço da classe operária estava a tomar um caminho maior e então a classe trabalhadora tinha medo que a classe operária se destruísse e então apareceu o 23 de Abril. E com o seguimento do 23 de Abril o que é que nos aparece? Apareceu-nos a burguesia a impor novamente. A classe operária avançou nos primeiros dias como toda a gente notou, mas depois deu-se o recuo. Deu-se pelo seguinte: os reformistas começaram a amedrontar as pessoas da classe trabalhadora que havia o perigo, o caso económico e esse caso convinha à reforma, e assim o fascismo poderia voltar.

Aparece à lei da greve em que os trabalhadores não foram ouvidos, se bem que na prática foi posta a greve como os trabalhadores a têm avançado. Limitar a acção dos trabalhadores como já no anterior Governo o fizeram! Pois agora, com o avanço da classe operária que se deu um pouco e com o avanço da mentalidade de política que as pessoas terão de começar a adquirir, no dia em que achamos que o seu campo de acção está limitado e nalguns casos parece que já começa a aparecer, os trabalhadores farão eles as suas lutas e impoem que elas sejam reconhecidas. Nunca os trabalhadores poderão aceitar directivas de cúpula por não serem ouvidos e não eles saberão os seus direitos.

A lei da greve tem pontos inconstantes; os presos; o terem de ser os sindicatos a declarar.

Eu penso que os trabalhadores é que deverão dar directivas às direcções — dizem aquilo que estão a fazer e eles vão dando as ordens das bases, não os sindicatos, não são mais do que associações de massas e as massas é que terão de dizer aos seus directores, às suas cúpulas aquilo que eles têm de seguir. Não são as cúpulas a impor aos trabalhadores aquilo que pensam. Nalguns casos, não quer dizer que as cúpulas não sejam conscientes mas também se tem notado que o não são. Aí há uma diferença: se o poder corremp as pessoas e as pessoas lá fora podem trazer directores já pensam que são mais do que os outros — eu chamo a enganar os trabalhadores. E não é só isto. Os trabalhadores é que têm de avançar sobretudo as suas lutas, lutar no seu campo de acção.

Mas são os trabalhadores por si que devem decidir o caminho que querem seguir e nunca as cúpulas e o Governo a impor determinadas formas de acção. A Lei da Greve só veio limitar as acções dos trabalhadores. E quando alguém por o Ministério do Trabalho, para resolver os problemas, eles continuam a dizer que o Ministério não pode impor os padrões, como foi o caso da greve da Times, mas sim como mediador entre as pessoas em litígio.

Então afinal o Ministério do Trabalho não é para defender a classe operária, os trabalhadores ou apenas para defender a outra classe que existe?

Depois também aparecem os tais reformistas que, quando a classe operária tenta avançar quer para reivindicações económicas quer de horários, por exemplo, vêm logo dizer-nos que os operários são parvos porque estão a pedir 15-20 horas mas não nos disseram a nós que eles mesmos já trabalham 13 horas e têm medo que a classe operária também tenha o mesmo direito.

Agostinho Rostzer Há um aspecto que levantámos e a propósito do qual gostaria de fazer uma pergunta ao Guinote.

Um Guinote referiu por um lado que existe um certo sindicalismo no sentido de carácter reformista e portanto não sendo uma luta anti-capitalista e apenas trava a luta dos operários, mas por outro lado, e contrariamente ao que tu disseste, o Guinote diz que o sindicato tem um papel dirigente.

O que tu perguntas é: que num dado momento em que os trabalhadores começam a desmobilizar uma greve (acho que o Guinote não entendeu como tu) será que os trabalhadores a deverão desmobilizar apesar da Direcção estar contra?

Então, nesse caso, os trabalhadores terão ou não de se opor à cúpula e, apesar disso, desmobilizar a greve e pergunto como é que se resolve esse tipo de situações contraditórias que existe no que tu expsteis?

Guinote — Quando falo na cúpula entendo a cúpula sem ouvir as massas. Quando falo no papel da direcção do sindicato e quando referi aqui que os sindicatos clássicos apontado era muito bem sempre um objectivo primeiro era dar à classe operária a sua consciência, o seu papel na direcção da luta.

Dentro desta perspectiva não nos nos alheamos daquilo que as massas pensam. Se as massas pensam que a greve, dentro deste tipo de sindicalismo que nós optámos é correcta não vamos impedir que façam. E é vital que se verifique que este tipo de direcção aconselha mas não impõe, ali porque o processo de direcção é fundamental, partindo sobretudo do princípio de que as massas não estão esclarecidas em Portugal.

Logo impõe-se um papel de direcção desde que ele seja correcto. E não estamos a partir do princípio de que temos uma posição correcta e que o nosso papel dirigente é extremamente importante para conduzir correctamente os trabalhadores para o melhor lugar, ou para a melhor situação.

Se, por exemplo, os trabalhadores numa empresa, por estarem mal pagos, decidem tirar uma greve e se não, analisando as condições económicas da empresa do sector, temos a certeza de que não

há hipótese nenhuma de uma Conquista nessa fábrica, a fábrica pode ir à falência... por exemplo. E mesmo um caso concreto numa casa em que a administração ameaça falência e tinhamos a certeza de que não era verdade. Pois, nesse caso, o papel dirigente da direcção é mesmo de aconselhar os trabalhadores a mobilização. Temos de analisar cada por caso.

Agostinho — Relativamente ao caso que tu apresentaste, não poderia acontecer que o facto dos trabalhadores abdicarem de determinado tipo de reivindicações para que a empresa não vá à falência, não seja estar a contribuir para que sejam os trabalhadores a suportar o sacrifício da reconquista dessa empresa e, se nós entendemos os coisas em termos globais, da própria reconquista da economia capitalista portuguesa e, ao fim de contas, não será estar a contribuir para que os trabalhadores hipotecam as hipóteses de continuação de trabalho e de certo tipo de aprendizagens futuras?

Guinote — É claro que há sempre esse perigo, mas eu ponho assim o problema: na fábrica de que falei, eram 400 trabalhadores sem emprego e põe-se esta situação terrivelmente má: por um lado, não quer que os trabalhadores desempenhem o papel, face ao capitalismo, de suportar o peso dessa má administração, mas por outro lado, tinhamos o grande risco do despedimento. Neste caso acho que devemos enfrentar a situação não levando à falência a empresa, mas procurando intervir junto de quem o pode fazer, de forma a que a administração se torne só e que os trabalhadores possam ter condições melhores dentro da empresa.

Neste caso, não optamos por administrar a empresa, por tentar pô-la a trabalhar, colocar os trabalhadores lá dentro a dryer também. Não para ficar assim, mas para lançar a empresa, para que ela pudesse ter o crédito que não tinha naquele momento. Isso conseguimos, o Governo veio a tomar conta do caso, a empresa será lançada e aí apareceremos nós outra vez na luz, assim que acharmos o oportuno.

Aíás, eu não estava a pensar, de maneira nenhuma, voltar a luta dos trabalhadores por causa das empresas — item abstrato. Porque isso tem de acontecer. Não estamos com medo que as pequenas empresas vão a burco (como agora se aprigna) porque em tempo de democracia os em tempo de fascismo isso sempre se verificou — os grandes capitalistas vão tentar destruir as pequenas empresas para impôr os seus monopólios. E aí nós aliamos-nos — há que fazer sacrifícios.

Agostinho Rostzer Parece que o Guinote quer dizer qualquer coisa...

A. F. Guedes (bancairo): Sim, gostaria de dizer algumas coisas relacionadas com as intervenções já feitas.

Eu duvidava que as direcções sindicais sejam ou possam ser pontos de partida políticos, o que de forma alguma, significa que não são os sindicatos uma importante acção política. Para tanto, não vejo, todavia, que tenha de aceitar-se qualquer tipo de enfraquecimento dos sindicatos aos partidos por mais identificados que estes sejam com a luta de emancipação da classe trabalhadora.

Tenho para mim que na altura em que tal enfraquecimento se dá duas consequências resultam de imediato. A primeira será a inevitável falência de qualquer tentativa ou esforço de acção unitária; não quero com isto dizer que defenda o não-reconhecimento, a nível legal, do princípio da liberdade sindical em toda a sua extensão; pelo contrário, penso que só tal reconhecimento poderá levar as direcções a agir em condições e, consequentemente, de forma a não provocarem condições de ruptura.

A segunda consequência será a instalação do dirigismo o que virá desactivar completamente a actividade sindical e, mais tarde, ou mais cedo, levar os corpos directivos da grande maioria dos trabalhadores.

Ora, isso é o que temos de evitar quando antes e para isso uma das primeiras coisas a fazer será recuar todo o corpo de direcção que seja constituído por um número maioritário de milhares ou simpatizantes de qualquer partido, se se pretende desenvolver um sector de base unitário.

Também é importante contrariar, por todos os meios, as tentativas dos órgãos de cúpula de concentrarem nos seus meios os poderes de decisão, retirando aos demais trabalhadores a mesma iniciativa ou controlo da actividade desenvolvida.

Concluo que esse será a única forma de se evitar cair em situações como a presente.

Decorridos mais de 4 meses sobre o 23 de Abril e quando se impõe a substituição completa da legislação que regula as relações de trabalho e a actividade sindical, nos seus mais diversos aspectos (reestruturação, eleições, estatutos, reconhecimento do princípio de liberdade sindical e sua extensão ao direito à greve, o direito de reunião e livre expressão, etc.) o que se verifica é que os trabalhadores estão completamente alheados da sua análise e discussão. E não é um momento em que havia necessidade de fortalecer as posições sindicais com uma inequívoca manifestação de força das massas trabalhadoras.

Este facto é extremamente grave, ali porque não se está a favorecer a concientização e politização dos trabalhadores, o que me parece neste momento um objectivo fundamental.

Se bem compreendi, o Guinote teve levantado algumas objecções ao programa sindical formulado como base e ramo de actividade, ou seja, no sentido dos chamados sindicatos de

indústria. Refereu ele alguns problemas que podem resultar do enquadramento conjunto de operários e trabalhadores de serviços. Eu sei, que, dentro dos sectores de serviços haverá um maior protagonismo da ideologia pequeno-burguesa do que há nos sectores operários. Não tenho dúvida de que o operariado será mesmo a única vanguarda verdadeiramente revolucionária.

Mas tal facto apenas virá facilitar o desenvolvimento de uma actividade sindical numa perspectiva correcta, uma vez que os sectores operários, são, regra geral, numericamente superiores, o que poderá possibilitar a neutralização dos desvios que queriam verificar-se nos sindicatos enquadrando exclusivamente trabalhadores de serviços.

Mas foi por isso que o fascismo espalhou os trabalhadores por sectores de profissões. Esta era a forma de impedir os grandes movimentos de massas e de, frequentemente pôr os trabalhadores em situações de conflagração.

Urge, portanto, evitar que tal possa continuar a acontecer, assim como me parece indispensável que a actividade sindical, grandemente apoiada na capacidade de iniciativa e acção das bases, terá que dar um papel de maior relevo aos delegados sindicais. Cabe-lhes a eles dinamizar as comissões de empresa e favorecer assim as condições de luta onde ela deve travar-se fundamentalmente — os locais de trabalho.

Para conseguir isto há que corrigir a tendência actual em considerar, não os representantes dos trabalhadores, que os elegem, junto das direcções, mas o inverso (representantes das direcções), o que leva muitas vezes a não terem nos trabalhadores o apoio que deveriam ter.

Finalmente, prezando focar ainda um ponto que mereça já a atenção dos camaradas presentes, refero-me concretamente ao decreto-lei que regulamenta o direito à greve.

Penso que, precisamente, os trabalhadores estão colocados em posição mais desvantajosa que a anterior, uma vez que não têm oportunidade de conhecer previamente os projectos de lei a promulgar.

São pontos perante factos consumados, não se tornando possível uma intervenção sobre a que, em determinadas circunstâncias, tiveram antes do 25 de Abril.

Estou a lembrar-me das assembleias gerais realizadas em diversos sectores para discutir as posições constantes do Projecto SX, sobre a duração do trabalho.

E, contudo, os diplomas legais não raras vezes se mostram contrários aos seus interesses de classe, como, de resto, o pressa à evidência, o presente decreto-lei.

Mas, se isto é grave, não mais grave é ainda que, perante tal diploma legal não tenham as organizações sindicais tomado até ao momento a posição crítica que se impõe e que, e tomado pública a sua intenção de não respeitar muitas condições que constam do decreto.

Porque não o fizeram?

Será que os dirigentes ainda não se aperceberam de que acção tal diploma é permanecer em situação muito idêntica à anterior?

Com respeito ao não reconhecimento do direito à greve no período fascista, sucedeu-se agora o reconhecimento desse direito, mas de tal forma limitado no seu exercício que tenho muitas dúvidas que haja possibilidades de se fazer uma greve legal.

Se não vigarmos desde logo há um grande número de trabalhadores a quem é proibido o direito à greve dada a importância social das suas funções profissionais. E se isto poderá parecer correcto, o certo é que se impõe que os mesmos lhes seja dada a garantia de que os seus interesses não de merecer uma especial atenção. Não vejo que tal garantia em ponto algum tivesse sido dada, pelo que a proposta que se lhe apresenta é de resignação.

Mas, para além desses casos de proibição, existem os casos de trabalhadores cujo direito à greve é reconhecido, mas virá a ser objecto de lei especial e, por conseguinte, tudo leva a crer, mais figurativa ali, que se a presente lei é o que é, como será a seguinte.

Aparecem em seguida as greves consideradas ilícitas por razões como o desrespeito pelo estabelecido nas leis e nas convenções colectivas, por terem sido decretadas por motivos políticos ou religiosos, ou por solidariedade que ultrapassa a mera solidariedade de profissões, salvo nos casos em que a solidariedade se possa no nível da mesma empresa; ou, finalmente, por se ter em vista alterar as convenções colectivas antes de esgotado o prazo da sua vigência.

Uma consideração iníqua as greves sob tais fundamentos equivale a pôr nas mãos do patronato a possibilidade de continuar a generalidade das greves que venham a ser decretadas.

Que tipo de patrão que não vai comandar política a maioria das greves reivindicativas de melhoria de salários ou de condições sociais?

E como pode aceitar-se que sejam legais as greves de solidariedade que transcendem a solidariedade de profissões, quando as organizações sindicais tendem para a integração dos trabalhadores em todo um ramo de actividade?

E como também aceitar que sejam lidas como legais as greves que visam apoiar a alteração das condições contratuais antes do seu termo de vigência, sempre que houver alterações profundas e imprevistas na situação social e económica dos trabalhadores?

Mas não se ficam ainda por aqui as limitações; vários ramos há em que os trabalhadores não podem decretar uma greve geral;

COMUNICADO do M.E.S. sobre a

1. Os atrasos, boicotes e sabotagens ao cumprimento progressista do programa do M.F.A., sobretudo no que respeita a claras tomadas de posição de defesa dos interesses dos trabalhadores, ao saneamento dos agentes e cúmplices do fascismo, à liberdade de acção e organização dos explorados e oprimidos, ao inequívoco caminhar para o fim da guerra colonial e do neo-colonialismo, têm a pouco e pouco mostrado à classe operária e aos trabalhadores em geral que só a intensificação das suas lutas, a não colaboração com o capitalismo explorador e seus aliados, a denúncia e isolamento dos traidores ao operariado (sejam eles quem forem), poderá impedir que o «25 de Abril» se salde por uma vitória do capital financeiro e do grande capital industrial (interessados na reorganização e reconversão capitalistas e na intensificação da exploração dos trabalhadores).

2. Assim, a firmeza das posições assumidas pelos operários e operárias de algumas fábricas tem-se oposto claramente às atitudes conciliatórias tomadas por muitas direcções sindicais e organizações políticas que, têm vindo a travar a luta dos trabalhadores esquecendo que só essa luta poderá impedir a total recuperação pelo capitalismo e pelo imperialismo do movimento militar e popular iniciada violentamente no 25 de Abril, e não hesitando em caluniar e torpedear as lutas autónomas em curso utilizando para tal a mentira e a força da vasta rede «informativa» de que dispõem.

3. A forma como têm sido tratadas as lutas operárias mais importantes e exemplares depois do 25 de Abril — a luta dos operários da Timex, das operárias da Sogantal, dos pescadores, e a luta dos operários da TAP e muitas outras, mostra claramente as posições e atitudes do Governo Provisório e de todos os partidos e sindicatos que têm vindo a apoiar cegamente: assim, enquanto o ataque terrorista levou a cabo por patrões e mercenários estrangeiros armados contra as operárias da Sogantal não foi objecto de qualquer resposta firme e intransigente em defesa de quem foi agredido, a greve dos operários da TAP foi alvo rápido de uma intensa campanha de calúnias e ameaças que veio a culminar na falsa explicação dada pelo Conselho de Ministros para justificar a militarização venficada:

4. Tanto a luta da Sogantal como a luta da TAP são exemplares já que reflectem a iniciativa e a organização autónoma dos trabalhadores, não sendo fruto da acção de «extremistas provocadores e aventureiros» (como pretendem fazer crer à «opinião pública» — curiosamente, de forma similar à utilizada pelos fascistas — os que se julgam donos da classe operária) mas sim da discussão e tomadas de posição democráticas por parte daqueles que diariamente são obrigados a vender a sua força de trabalho para subsistirem.

5. A luta da Sogantal é exemplar. Porque em cada situação concreta as operárias souberam definir os objectivos da sua luta e os meios para os alcançar.

Porque a luta contra os despedimentos só se pode levar a cabo com firmeza e não com esperança em promessas que não se cumprem no Portugal Capitalista.

Porque as operárias da Sogantal ao divulgarem a todos os trabalhadores a sua luta e as suas reivindicações mostraram a importância da informação operária sobretudo numa altura em que lutas das mais importantes que os trabalhadores travaram e travam são calunadas e deturpadas.

Porque tornou claro a todos os trabalhadores que os operários não necessitam de patrões, sendo eles próprios capazes de gerir e fazer funcionar as fábricas.

Porque pôs em relevo a subordinação do País ao imperialismo e aos seus locais, que com a mesma impunidade com que agredem as operárias da Sogantal, poderão vir a agredir todos os trabalhadores portugueses, fomentando (como o têm feito noutros países) um golpe terrorista de direita.

6. A luta da TAP é exemplar.

Porque os operários, compreendendo claramente o lógico que era a presença de representantes

dos trabalhadores na Comissão Administrativa, souberam neutralizá-la.

Porque os operários vendo que a Comissão Sindical não defendia correctamente e era engolida pela lógica da conciliação de classes, souberam ultrapassá-la.

Porque os operários conseguiram unir à sua volta a grande maioria dos trabalhadores da TAP, ao contrário do que afirma a propaganda oficial.

Porque os operários agiram correctamente ao assegurar o transporte dos soldados que regressam da Guiné, sendo totalmente falso afirmar-se que a militarização da TAP pretende assegurar o regresso das tropas. Aliás, os operários da TAP não podiam agir de outra forma no seguimento das posições contra a guerra e a exploração coloniais que claramente assumiram.

Porque mais uma vez se tornou claro que a estratégia reformista passa pela travagem da luta dos trabalhadores nem que para tal as tenham de caluniar e deturpar.

Porque desmascarou um dos «representantes dos trabalhadores» na Comissão Administrativa (um tal Lourenço) que não hesitou em fazer afirmações no «Diário de Notícias» que demonstram o seu profundo desprezo pela classe operária e a sua natureza pidesca e provocatória que justificam os 52.500\$000 que recebe mensalmente como membro da Comissão Administrativa da TAP.

7. A luta das operárias da Sogantal é uma luta justa.

Porque pretende com a ocupação e controlo da fábrica forçar o Governo ortuguês a defender os seus interesses e a impedir que sejam lançadas no desemprego e na miséria.

Porque não podem ser os trabalhadores a pagar os custos das atitudes do capital estrangeiro que não quer ver reduzidos os seus lucros e a sua impunidade de sobreexplorar.

8. A luta dos operários da TAP é uma luta justa.

Porque alguns dos pontos principais de reivindicação (saneamento, apuramento de responsabilidades pelo massacre policial de Julho de 71) que são fundamentais para a luta actual de todos os trabalhadores portugueses não fazem parte do Acordo Colectivo de Trabalho em «negociação».

Porque os pontos fundamentais acordados nos gabinetes e que larão parte do A.C.T. da TAP não resultam do «poder» de argumentação da Comissão Sindical mas da força e determinação que os trabalhadores da TAP têm sabido demonstrar.

Porque a Comissão Sindical se tinha mostrado incapaz de defender intransigentemente os interesses dos trabalhadores, o que é claramente demonstrável pelo facto das negociações só terem recomeçado após o início da movimentação dos operários da Divisão de Manutenção e Engenharia (DME).

Porque, ao contrário do que afirmam aqueles que têm deturpado a luta dos operários da TAP, a divisão entre os trabalhadores existia e os operários da DME ao lutarem pela diminuição do leque de salários, e pelo saneamento daqueles cuja função é dividir os trabalhadores pretendem contribuir para a unidade que só se constrói na luta anticapitalista e não na desmobilização e nos cheques em branco passados a quem quer que seja.

9. O Movimento de Esquerda Socialista apoia as lutas autónomas dos trabalhadores e chama a atenção das massas populares para não serem influenciadas pela propaganda que pretende incutir-lhes a ideia de que manifestantes são arruaceiros, grevistas fazem o jogo da reacção e militantes anticapitalistas são provocadores pois isto é que é fazer o jogo da reacção capitalista e dos seus agentes.

10. O M.E.S., num momento em que o próprio ministro do Trabalho desmente na Televisão a calúnia lançada sobre a luta dos operários da TAP afirmando que o regresso dos soldados da Guiné sempre estivera assegurado, pergunta: como compreender o comunicado do Comité Central do P.C.P., de 28/8/74, onde claramente se explicitava essa calúnia, senão como uma posição anti-operária, baseada na deturpação da luta dos trabalhadores da TAP?

11. Neste momento o M.E.S. tem de deixar bem claro que o M.F.A. não se opõe às manobras da reacção capitalista, e contendo a luta dos trabalhadores, divorciar-se-á progressivamente da classe trabalhadora, e o seu Programa longe de ter uma aplicação progressista, servirá para permitir novas formas de domínio político da burguesia e de exploração dos trabalhadores.

12. O M.E.S. reafirma que só a unidade, unidade construída na luta anticapitalista, entre os operários e todos os trabalhadores, poderá criar condições para a libertação de todos os explorados e oprimidos.

Lisboa, 28 de Agosto de 1974.

O SECRETARIADO
DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL
DE LISBOA
DO MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA

O que a Imprensa (não) disse

DESDE a publicação da Declaração do M.E.S. e, posteriormente, em relação à grande maioria dos comunicados do M.E.S., a Imprensa, a Rádio e a Televisão têm tido atitudes de deliberada má-fé contra o movimento que integra as forças revolucionárias e de esquerda, se têm traduzido no seguinte:

— Não publicação para e simples dos comunicados embora todos eles sejam entregues a tempo e horas.

— Escolha de excertos secundários ignorados, nos comunicados declarações e reportagens, o essencial e mais significativo.

— Diferenças, mas frequentes, insinuações sobre pressões conflitantes internas no M.E.S., referências a linhas políticas individualizadas que não existem ou a silêncio absoluto sobre as posições do M.E.S. nos artigos e análises.

— Sentenças, insinuações de adesão do M.E.S. ao Partido Socialista quando a prática e os compromissos dizem o contrário: nada, mesmo nada, têm a ver com as nossas posições e com a nossa prática.

— Colocação de notícias referentes ao M.E.S. em páginas secundárias e em locais o mais oculto possível.

— Evitar que se saiba quem é quem pretende a ignorância dos jornais e das estações de Rádio não ignoramos que, em diversas ocasiões e extensões de tempo, tivemos trabalhadores progressistas que impuseram métodos de trabalho e se prepararam a objetivos políticos decididamente democráticos, atentos às lutas económicas, sociais e políticas dos trabalhadores e suas organizações de classe. Contudo, na generalidade dos jornais diários, das estações de Rádio e, nomeadamente da TV, assiste-se ao renúncio do compromisso político, perante a Informação, feito quer na redação, quer nos gabinetes de apoio de Estado, ao silenciar complexas das lutas reais ou sua deturpação seletiva e imposto fundamentalmente por directores e subdirectores e alguns redactores de formação «socialista», adeptos intransigentes e fiéis da linha imperialista e combaterista, desde há 100 anos, contra todas as formas de censura.

— Exemplo não nos dispensará de posteriores artigos e análises sobre a democracia, livre e sã Imprensa portuguesa.

— Diário de Lisboa — publicação com sete dias de atraso com excertos e rearmadamento.

— Sécuro — não publicado.

— Diário Popular — não publicado.

— República — não publicado.

— Diário de Notícias — publicação com um resumo extremamente sintético de cerca de 15 linhas de uma centena, sem excertos.

— Capital — publicação com resumo correcto com os excertos mais significativos e com as posições-base.

— Isto mostra afinal que na generalidade dos casos, empresas proprietárias, direcções e redactores, mal educados, do mesmo lado da barricada, isto é, defendendo sistematicamente os interesses da burguesia capitalista, empenhada ora em fazer virar a «sua ordem democrática». De resto — se assim não é — teremos de provar que afinal os jornais partidários (socialistas) são mais justos do que parecem, apesar de cada partido ou grupo político ter o seu próprio jornal.

— Como exemplo do que se tem vindo a ocorrer, veja-se o caso da TV, e do seu comportamento, não só perante o nosso comício de 21 de Agosto, mas principalmente, no caso da greve da T.A.P., e a forma criteriosa e «sã» — verdadeira espírito de Imprensa livre e democrática — como influências politicamente do «acomodamento».

Trabalhadores fazem:

•• A NOSSA luta, que não é uma luta isolada, mas integra-se nas lutas desenvolvidas pelos trabalhadores de todos os sectores contra a exploração e opressão capitalistas, vai vindo a ser sistematicamente valorizada e deturpada; por isso e para esclarecimento de todos os camadas de trabalhadores, julgamos indispensável a omissão deste comunicado.

1. O QUE REIVINDICAMOS E PORQUE REIVINDICAMOS

A partir do 25 de Abril iniciaram-se na TAP dois processos: um de revisão do Acordo Colectivo de Trabalho (salários, horários, despedimentos, etc.) e outro de saneamento interno.

Porém, e apesar de grandes pressões feitas e de inclusão de três trabalhadores no Conselho Administrativo que ganharam 52.500.000 por mês, o tempo foi passando sem que o saneamento fosse efectuado, ao mesmo tempo que as negociações do A.C.T. eram interrompidas pela Comissão Administrativa que se recusava a assistir as cláusulas já acordadas e tentava fazer mudanças impondo condições para o campo das negociações.

Em paralelo com as negociações que cada facção sobre o saneamento, criavam as pressões da C.A. e apesar disso, não conseguiram impor o regresso das negociações. Face à tal situação, desmantelamento das empresas por experiências anteriores, que não é à mesa das negociações, mas sim pela não local de trabalho que se impõem ao trabalhador as novas reivindicações, elaboradas em caderno reivindicativo, amplamente debatido e aprovado em reuniões de base e marcadas em pouco para a satisfação das nossas justas reivindicações.

Fazem parte deste caderno, segundo vontade expressa dos trabalhadores, as reivindicações seguintes:

1. **SANEAMENTO** — todos os indivíduos que têm tomado posições anti-republicanas, como filhos cães de guarda do capitalismo que são...

... (o que se integra no processo iniciado em 25 de Abril de total desmantelamento da empresa, desactivação e neutralização dos seus agentes onde quer que se encontrem e que, como todos nós sabemos, até está previsto no Programa do M.F.A.).

2. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

3. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

4. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

5. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

6. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

7. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

8. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

9. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

10. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

11. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

12. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

13. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

14. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

15. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

16. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

17. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

18. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

19. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

20. **REVISÃO DE SALÁRIOS** — através de um aumento de salários feito com o objectivo fundamental de reduzir o inquérito salarial (há ordenados que vão de 5.000.000 a 32.500.000), a diferença entre o maior e o menor salário mesmo com esse aumento ainda seria de quase 45.000.000, e de repetir o poder de compra dos trabalhadores com melhores condições, que tem vindo a ser reduzido com um constante e cada vez maior aumento do custo de vida.

2. Não aceitação dos despedimentos nem justa causa... será isto extremismo?

Que o Posto Médico esteja aberto 24 horas com garantia de clínico e paramédica de ambulância... será isto anti-republicano?

— A exigência de andamento rápido do novo A.C.T. que deve ser tratado sem interrupções... não temos perfeita consciência de que se à nossa luta se deve o reconhecimento das negociações e algumas conquistas significativas como sejam a da proibição dos despedimentos sem justa causa e da entrada em vigor, a partir de 1974... até agora a TAP queria que se entrasse em vigor em 1973.

— O que está aqui que se aprova ao programa do M.F.A.?

— O que está aqui se seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

tor perante a opinião pública e a aparelho de Governo democrático tinha que informar a população de forma a ser conhecida a situação dos acontecimentos. Estavam assim criadas as primeiras condições para se iniciar o processo repressivo.

A imprensa burguesa («Diário de Notícias») publicou o Caderno Reivindicativo deformando a fórmula sobre a qual se iria processar o aumento salarial (16.000.000) rendimento base) tendo o ministro do Interior, o qual levava a opinião pública a ser induzida em que o salário mínimo seria 16.000.000.

Os trabalhadores reunidos em plenário e indignados com as falsas manobras do Governo Provisório e seus aliados, confirmaram a posição do dia anterior, decretando a continuação de greve, não aplicando enquanto o Caderno Reivindicativo não fosse satisfeito, incluindo presente no momento o Ministério do Trabalho.

Pelas 20.00 horas, o Ministro do Trabalho, através de Daniel Cabrita, convocou o secretário de Estado e o comandante responsável para uma reunião no Ministério do Trabalho; foi informado telefonicamente por Daniel Cabrita que os trabalhadores chegavam ao Ministério por volta das 21.00 h, respondendo este que o Ministro não aguardava. Cerca de 21.00 h, os trabalhadores ao chegar ao Ministério tiveram conhecimento que o ministro já não se encontrava sendo substituído por Daniel Cabrita o qual nos comunicou que o assunto tinha sido transferido para o Conselho de Ministros.

Cerca de 01.00 h, do dia 29/7/74, o ministro Sanches Odebrecht fez um comunicado escrito de mentiras, deformando os acontecimentos e tocando na pérola hábil e regresso dos soldados, informaram a nação que os trabalhadores se tinham recusado a fazer a ponte aérea Bissau-Lisboa. Os trabalhadores da TAP reagiram veementemente não deixando espaço e afirmam que sempre deram apoio incondicional ao justo regresso dos soldados da «colónia» Guiné Bissau, tal como o veio a realizar o ministro do Trabalho no dia 28/7/74, na omissão das 23.00.

A 2.ª omissão estava compreendida a opinião pública estava contra nós e a partir daí, a nossa posição perante a nação era, como fizeram crer, a de um grupo contra-revolucionário que teria que ser reprimida.

A 3.ª omissão a repressão avulsa, ocupam as instalações com grande aparato bélico, «chaimetes», petrechos de remanso e «piraguaios», tentando obrigar o secretário político e o comissário coordenador a pôr fim à greve. Para isso foi convocado um plenário de trabalhadores às 09.00 h, do dia 28/7/74. Foi pedida a rádio para que fizesse a cobertura directa daquele plenário, minutos após esse pedido a estrada na TAP era vedada a todos os órgãos de Informação, mais uma vez se prova que o Governo Provisório não queria que o público conhecesse a verdade através dos meios de comunicação social, como o Programa pré-estabelecido, deformando, catunando e reprimindo a vontade dos trabalhadores. Apesar de todo o aparato militar a assembleia votou sim à conti-

nuação da greve. Após a decisão da assembleia, o Brigadeiro Barreiros de Sousa tomou o microfone e deu 30 minutos para os trabalhadores se deslocarem para os locais de trabalho, sendo os quais estavam sujeitos a todo o tipo de repressão que fosse necessária para. Os «chaimetes» mostram posição de ataque frente ao local onde se reunia a assembleia assim como os petrechos de «comandos» e «piraguaios», face a isto os trabalhadores nada podiam fazer sendo obrigados a sair do local de trabalho, a qual levava a uma perseguição sob a forma de greve de braços caídos nos locais de trabalho.

A partir do início da tarde, a tropa começou a fazer nos locais de trabalho de trabalho e foram obrigados a sair do local de trabalho com o objectivo de não obrigar a trabalhar e fazer nos locais de trabalho de trabalho. Com efeito, nos estradas sem repressão selectiva sobre os trabalhadores mas com o objectivo de não intimidar a todos, fomos impedidos de entrar e de nos deslocarmos livremente dentro das instalações. Mas mesmo assim os trabalhadores estavam impedidos de se deslocar, pois alguns telefonados do P.C.I. circulavam livremente para melhor sistematizar a greve... deve-se servir a tropa para fazer levantar os petrechos aéreos.

4. **ENSINAMENTO DA NOSSA LUTA**

No decorrer deste processo de luta, nós, trabalhadores da TAP, temos percebido claramente o que é que alguns organismos, com responsabilidade para com os operários da TAP, os trabalhadores em geral e o País pelas posições que tiveram, pretendem alcançar.

A Comissão Administrativa, e os que se dizem trabalhadores dentro das Forças Armadas e seu quem não acreditamos e por isso não admitimos o diálogo com os oficiais do Movimento das Forças Armadas que, pensamos, não querem servir a burguesia.

Não podemos também deixar passar sem resposta a atitude do Partido Comunista Português, que não só colaborou nos media-

das tomadas pelo Governo (até

as tentativas de negociação, a todo o vapor.

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

A Comissão Sindical, em várias situações anteriores, ao começo da greve manifestou total inoperância e assumiu posições de total inoperância, sendo os interesses do capital, como por exemplo no que diz respeito ao horário de trabalho, e, após o desencadear da greve, colocou-se deliberadamente contra os trabalhadores em luta, iniciando toda uma campanha de calúnias e provocações contra nós.

O Governo Provisório, ao tomar a decisão de nos colocar no debate de foro misto, e ao acompanhar esta medida por um comunicado lido pelo Ministro da Comunicação Social na Televisão, onde se afirmavam perfeitas mentes e desconhecadas, foram parcialmente deturpadas pelo Ministério do Trabalho, mostrando, que o facto de incluir neste o Movimento das Forças Armadas e Partidos que se dizem defender os interesses dos trabalhadores, não o impede de fazer about sobre nós a repressão, a intimidação e a violência das armas, à boa maneira que o regime fascista utilizava.

As Forças Armadas que não nos defendem claramente ao lado do Povo, são apenas lançadas contra nós, trabalhadores, em nome de «interesses nacionais» que não são não só do que os interesses do capitalismo explorador e dos partidos políticos governamentais que não nos defendem, mas que colaboram com esses interesses e que se evidenciam ao alinharem-nos na defesa de quem pretende paralisar as iniciativas dos trabalhadores.

O Movimento das Forças Armadas não deve permitir ser utilizado por seus interesses contra aqueles que o seu programa afirma querer defender. Além disso, os trabalhadores da TAP sabem distinguir em quem confiamos dentro das Forças Armadas e seu quem não acreditamos e por isso não admitimos o diálogo com os oficiais do Movimento das Forças Armadas que, pensamos, não querem servir a burguesia.

Não podemos também deixar passar sem resposta a atitude do Partido Comunista Português, que não só colaborou nos media-

das tomadas pelo Governo (até

as tentativas de negociação, a todo o vapor.

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

as influências), como veio a ser o mais forte aliado da nossa luta, em comunicados descaradamente feitos pela sua cidade da TAP e pelo seu Conselho Central, onde se diziam mentiras e ameaças que os trabalhadores da TAP poderiam desistir e desmontar. Na verdade o P.C.P. também disse que não aceitamos a colaborar o regresso dos soldados da Guiné, o que é uma infame calúnia que só aproveita a quem procura de enganar o povo para nos reprimir.

Entre o dia 11 de Setembro e o dia 31 de Março deste ano, a greve de 1 kg de gás passou de 113400 cabides para 1341000 kg de gás passou de 2550 para 260500, 1 litro de açúcar, de 34 a 600500, 1 ovo de 3550 a 30500, 1 kg de carne de 70 a 3100000 cabides. Muitos outros exemplos se poderiam dar de aumento brutal de preço. Falaram de 30.000 a 48.000 pessoas mortas de fome durante o inverno passado.

3. **SERÁ QUE PELA FORÇA SEREMOS VENCIDOS?**

A nossa derrota só será possível se a propaganda comunista (113400 cabides para 1341000 kg de gás passou de 2550 para 260500, 1 litro de açúcar, de 34 a 600500, 1 ovo de 3550 a 30500, 1 kg de carne de 70 a 3100000 cabides. Muitos outros exemplos se poderiam dar de aumento brutal de preço. Falaram de 30.000 a 48.000 pessoas mortas de fome durante o inverno passado.

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

— O que está aqui que não seja injusto?

Contra a reacção: -a acção autónoma dos

O MOVIMENTO político militar desencadeado na madrugada de 25 de Abril foi marcado durante as primeiras semanas por um seguimento ao derube violento do Governo fascista por uma intensa movimentação popular.

Nas ruas e nos locais de trabalho criaram-se condições para cada vez mais profundas medidas democráticas de que foram aspectos fundamentais a libertação dos presos políticos, a extinção da censura oficial e um começo de saneamento civil e militar.

Nestas primeiras semanas não estava ainda formado o primeiro Governo Provisório e as Forças Armadas ocupavam os locais e as postas estratégicas onde a acção militar se fazia sentir. Durante esse período era patente a unidade entre as massas populares em movimento (e em luta aberta) e as Forças Armadas que se manifestavam ao lado do Povo e da sua luta.

Foi nesse período que se deram as principais conquistas populares; avançaram-se passos importantes no desmantelamento da aparelho corporativo e da máquina de repressão fascista.

É importante destacar que foram estas movimentações populares, em Portugal e nas colónias, que determinaram fundamentalmente o curso dos acontecimentos nas primeiras semanas após o 25 de Abril.

A burguesia em resumo e desorganizada reagiu, essencialmente, mostrando grandes dificuldades para conter o avanço da luta popular.

Mas, atenção camaradas, a queda do Governo de Castelar era também desejada pelos capitalistas mais fortes, pelo capital financeiro.

A continuação de uma guerra colonial sem solução próspera envolvia o surgimento e desenvolvimento do capitalismo, dificultava muito a integração na Europa capitalista e provocava o aumento da combatividade das classes trabalhadoras.

A forma de regime fascista e autoritário já não servia os interesses do capital financeiro, porque impedia a destruição de interesses parciais e a abertura de caminhos para o desenvolvimento do país.

Por isso a exploração capitalista continua e qualquer hesitação no avanço das massas populares é, evidentemente, aproveitada pelos capitalistas para imporem certos limites às transformações que se estão a dar: os limites da ordem capitalista que para os trabalhadores significam exploração e opressão.

O primeiro Governo provisório acabou, assim, por ser o lugar político onde se concretizou uma plataforma comum tendente à «democratização» e à «reconstrução» do país, plataforma entre o capital financeiro e partidos com influência na luta dos trabalhadores; plataforma que entrou de forma significativa a luta dos explorados e oprimidos que a cada momento se está a preparar para a reacção.

«E que digam os trabalhadores do CRT, da Paredação e da Carris, os pescadores, que foram afogados dos que pagaram tal aliança...»

A reacção e o Port político

As forças políticas que representavam o capital no 1.º Governo Provisório, que no período de iniciativa popular não levantaram a cabeça, foram progressivamente ganhando confiança e audácia, tentando os seus primeiros passos contra o Programa do M.P.A. Esses golpes não tiveram êxito, mas não tendo sido denunciadas de forma compreensiva aos trabalhadores deixaram aberto o caminho a novos golpes reacçãois.

O primeiro Governo Provisório travando o passo à iniciativa popular deixou abertas as portas a novas manobras reacçãois.

É, assim, o segundo Governo Provisório, correspondendo à responsabilização do M.P.A. na

Depois da descolonização: a luta continua...

FORAM as lutas dos povos das colónias que levaram a uma situação insustentável a burguesia portuguesa e o regime fascista e que vão ser apoiadas durante muito século. Foram as lutas dos operários e camponeses de Angola, de Moçambique e da Guiné-Cabo Verde que abriram o caminho para o derubeamento do fascismo em Portugal, criando condições mais favoráveis para a emancipação dos trabalhadores no nosso país. O MFS sempre foi afirmado que estas lutas são solidárias, que a luta contra a guerra colonial não é de uma luta contra o colonialismo, e que a luta contra o colonialismo não pode constituir um sector isolado da luta do Povo Português e da luta dos trabalhadores. O 25 de Abril levou a demonstrar. Como também ficou bem claro durante a crise do 1.º Governo Provisório nesse momento, foi a intervenção do M.P.A. que fez progredir o processo de descolonização, cujo curso as forças de direita tentaram bloquear. Foi esse, assim, da termino original do programa do M.P.A. de que a solução para o problema colonial era política e não militar, para o reconhecimento do direito à independência, sem passar obrigatoriamente por um referendo. Este passo decisivo também foi possível devido, por um lado, à atitude firme dos movimentos de libertação e, por outro lado, à acção do M.P.A. no próprio teatro da guerra, recusando a continuação dos combates.

O colonialismo: A existência de grandes zonas libertadas, a crescente hegemonia militar e política do PAIGC e um estado independente reconhecido por grande número de países e pretos a ser reconhecido na O.N.U., não lhe permitiram outra alternativa.

Em Moçambique, as tentativas de manobras apoiadas pelo neocolonialismo não são neutralizadas pela vitória conseguida e pela crescente hegemonia política da FRELIMO, que se impõe como representante insubstituível do povo moçambicano. Mas o colonialismo tenta, ainda agora, novas manobras de retardamento.

Em Angola, a existência de mais do que um movimento de luta armada, a fraca situação militar dos seus grupos, ainda agora, prolongada, a existência de uma numerosa população de origem europeia, favorecem os desígnios da burguesia



local, apoiada pelos burgueses portugueses e pelo imperialismo. Em Cabo Verde e em S. Tomé e Príncipe, onde os movimentos de libertação não puderam desencadear a luta armada, os colonialistas tentam e tentam impor soluções que lhes sejam favoráveis.

Não nos iludamos pois. O 25 de Abril trouxe efectivamente o reconhecimento de situações de facto que já não podiam ser superadas, mas não pôde liquidá-las. Mas não houve ainda um referendo efectivo do colonialismo; porque, se o tivesse havido, a solução seria a mesma face às diferentes situações de cada



território o reconhecimento dos movimentos de libertação como únicos e legítimos representantes dos povos e a abertura de negociações com todos eles, sem condições prévias, para a transferência de poder. E assim, que as forças que defendem os interesses do colonialismo nas altas esferas do Poder precisam de uma solução política, a fim de governar tempo para a preparação dos instrumentos políticos que possam abrir o caminho ao neocolonialismo.

Todas estas manobras assam em Angola sem qualquer sucesso.

... enquanto os habitantes dos bairros não massacrados, os brancos racistas e assassinos, decidam impetivamente as ordens da Junta se o sintem campo de S. Nicolau é realista.

... enquanto o Governo Provisório se compromissou com a ONU a estabelecer contactos com os movimentos de libertação para a abertura de negociações, a Junta de Salvação Nacional faz publicar unilateralmente um programa de «paz-descolonização» para tranquilizar certas massas da população, como o afirmou o Almirante Rosa Coutinho, as quais são exactamente os brancos racistas e colonialistas.

... enquanto não se exprimam a tiro as manifestações de apoio ao M.P.A., aos prolegidos e apoiados partidos fantoches lançados pelo imperialismo, chegemos se a propor dirigirmos uma para coros no Governo de transição que já preparar as eleições.

... enquanto na Guiné se processa a transferência de poderes para o PAIGC e em Moçambique se negocia com a FRELIMO, os movimentos de libertação em Angola são classificados como extremistas, que têm de ser denunciados e cuja propaganda é preciso impedir, pois não se admite a concessão do poder por meio da força, como afirmou à «Capital» o presidente da Junta de Angola.

... enquanto o colonialismo, que sempre utilizou e fomentou o tribalismo para mais facilmente submeter os povos africanos, já desista de tal nos pseudo-problemas dos fulas e dos massues, os comunicados oficiais dos últimos dias referem-se aos «povos de Angola» e aos «grupos étnicos mais expressivos»... como se o povo de Angola, calado na sua dura luta contra o colonialismo, não fosse um só.

... enquanto a participação de milhares militantes brancos no PAIGC e na Frelimo está mais que demonstrada e é um facto aceite oficialmente, identifica situação no M.P.A. não impede que o comunicado da JSN venha agora falar de representantes da «etnia branca», continuando assim a utilizar classificações típicas do colonialismo.

fascista, e insistindo que os brancos têm de ser todos colonialistas.

... enquanto os traidores e os seus grupelhos são neutralizados politicamente na Guiné e em Moçambique, a UNTA, que pactou com o colonialismo e não sequer é reconhecida pela CIA, é apresentada como barreira pelos racistas brancos, e pelos líderes da burguesia negra e classificada pelo Governo Provisório como movimento de libertação.

Tudo isto é claro mas o que não é claro, é decerto, se ponto de vista do presidente da Junta de Angola afirmar que «é lógico que cada vez mais o papel das negociações de todo o processo de descolonização venha a recair sobre as pessoas verdadeiramente ligadas aos interesses de Angola, as que se trabalham, as que querem fazer des-... País o seu País... E quem são estas pessoas?»

... não os brancos e os angolanos ainda o sabem melhor aqueles que têm explorado e oprimido de forma insaciável e cruel o povo de Angola, aqueles que massacraram milhares e milhares de africanos impetivamente e ainda agora o fazem, aqueles para quem o 25 de Abril não significa, porque não chego a existir.

... enquanto todos estes factos, que fazem os partidos anti-colonialistas que estão no Governo Provisório? Privilegiem as lutas de libertação, não tomem posições claras perante as manobras neo-colonialistas; só chamam as massas para a rua quando se trata de ratificar e aplicar incondicionalmente posições já tomadas, de prestigiar os chefes que não se têm oposto à descolonização e de criar a sensação falsa de que acabou a guerra colonial, e que por isso a luta contra o colonialismo já não tem razão de ser.

Deviam assim caminho livre à reacção e ao colonialismo, com as condições que sabemos... mais mortíferas em Angola, e mortes na Renúcia a reacção organizada, ganha poder, para fazer mais sangue: ... subindo crescente do povo o País ao imperialismo, como serviu das metrópoles imperialistas;

... aumento da repressão em Portugal, como consequência inevitável da continuação da guerra;

... Sabemos que o maior obje-

lículo a estes planos vai encontrar o colonialismo nos próprios movimentos de libertação. A coragem e a firmeza dos combates dos movimentos de libertação continua a afirmar-se no seguimento de uma luta heróica que já dura há treze anos.

... Mas ao Povo Português, especialmente aos trabalhadores portugueses, cabe um papel insubstituível.

... na denúncia de todos os oportunistas que acomodam com os brancos a guerra, aqueles que o colonialismo não vê.

... no apoio activo e vigilante às correntes progressistas do M.P.A. que querem uma descolonização efectiva;

... no apoio ao M.P.A., como verdadeiro representante do povo angolano, que luta e lutará até à independência completa;

... no desmantelamento de todos aqueles que, tendo sido colaboradores do poder colonial, não têm o direito de falar em nome do povo que tratam;

... na identificação da luta contra o neocolonialismo e o imperialismo.

... Penante o que se passa, continua pois a ser válido aquilo que os movimentos de libertação tantas vezes têm dito, a linguagem da força, a luta armada, é a única que os colonialistas entendem. Isto foi confirmado pela história recente e continua a ser confirmado pelos factos presentes.

De povos das colónias, que nesta primeira fase de descolonização não alcançaram a sua liberdade, vão continuar a lutar. Eles não vão ficar à nossa espera, como não o fizeram quando iniciaram a sua luta.

Mas eles têm o direito de pensar que, para uma luta que é comum, os trabalhadores portugueses vão dar o seu contributo.

É por isso que aqui temos de lutar nas fábricas, nas empresas, nas escolas, nos quartéis, nos ruas, por uma descolonização até ao fim. E é também porque sabemos que só assim faremos avançar o socialismo; só assim será possível amanhã a tomada do poder pelos trabalhadores.

É com actos concretos que mostraremos de que lado da barricada estamos, nos dias que não se trava só nas colónias e em Portugal, mas em toda a parte onde existem povos escravizados e homens e mulheres explorados.

Viram os Movimentos de Libertação dos Povos das Colónias!

Viva o PAIGC, a FRELIMO, o MLSTP, o MPLA!

Viva a luta universal de todos os explorados e oprimidos!

trabalhadores!

genião do Estado capitalista, acabou por não contribuir para o lançamento das medidas que quebrassem a força da reacção. Tal só poderia ser feito pela aplicação imediata de medidas anticapitalistas necessárias a libertar o país do impulso decisivo da luta dos trabalhadores e nunca pelo seu maneio em manifestações de apoio.

Nesse momento a reacção começou a sentir-se cada vez mais forte, jogando com a divisão de poderes (Luta, Governo Provisório, Conselho de Estado) onde não existe uma clara definição de um poder que obrigasse ao cumprimento do Programa do M.F.A. em termos progressistas.

Face a esta grave situação, o Governo Provisório e os partidos da coligação têm-se limitado a defender a necessidade de uma nova ordem que no essencial é exterior aos interesses dos trabalhadores.

Assim, o que é fundamental da relação das trabalhadoras portuguesas vai sendo negociado nas suas costas:

- a lei sobre o greve;
- o regulamento sindical e a dos Partidos;
- a lei da Imprensa;
- os aumentos de preços e outras medidas económicas;
- a eleição;
- para exemplificar, estão a ser elaboradas com secretismo intenso, que afasta por completo a discussão pública e democrática.

Adicionalmente ao que se refere à descolonização, as mesmas populares têm sido frequentemente utilizadas para apoiar proclamações que, se bem que importantes, não resolvem a questão fundamental: a continuação da guerra colonial em Angola e Moçambique e a procura de soluções, que, no quadro do imperialismo internacional, salvaguardem os interesses neo-colonialistas do capital financeiro português.

De trabalhadores desconhecem o que se passa nas intervenções com os Movimentos da Libertação. Desconhecem mesmo se há conversações com os legítimos representantes das povos da Angola (MPLA) e S. Tomé e Príncipe (MLSTP).

A situação organizativa

Assim, não admira que a reacção se acentue e se abata, não contra os reacçãoários fascistas mas contra alguns daqueles que se facto lutam pela emancipação dos trabalhadores portugueses.

Desta forma, são suspensos e proibidos jornais, os milicianos Afonso e Marvão são novamente presos por ordem do J.S.N., a Polícia corrige brutalmente a população, ferindo e assustando; paralelamente, dialoga-se de forma complacente com os pidos assassinos e torpíssimos, não esquecendo os seus chefes principais se encontram calorosamente instalados no Brasil, ao alargo da vigilância popular. Permite-se ainda a reorganização da extrema direita com as suas estruturas, reuniões e a sua imprensa provocatória, e libertam-se fascistas notórios como Casal Ribeiro.

Que Democracia?

Tudo isto tem acontecido nas últimas semanas, perante a aparente tranquilidade do M.F.A. e dos Partidos no Governo, que não têm imposto uma barreira segura a estas manobras.

De Partidos do Governo ao propagandem a necessidade de defender, a todo o custo e ordem democrática, têm adormecido a luta dos traba-

lhadores, o que além de errado poderá vir a ser extremamente perigoso.

Criar nas massas populares a ideia de que manifestações são anárquicas, previstas só reacçãoários e militantes anticapitalistas, provocadores, é que é fazer o jogo da reacção capitalista e dos seus agentes.

Podemos afirmar que consolar a ordem existente é, de certo modo, trair o 25 de Abril. Aspectos essenciais da anterior situação de exploração do Povo Português, continuam intactos. Muitos outros aspectos que foram, temporariamente, suprimidos estão a regressar e o seu aparecimento pode intensificar-se. Consolar a ordem existente é contribuir para que a ordem, que vigora antes do M.F.A. se ter decidido a derrubar o Governo fascista, possa manter-se nos seus aspectos fundamentais da exploração dos trabalhadores, consolarmente ao que o Programa do M.F.A. anuncia.

A ordem a que se tem podido que os trabalhadores se acriquem é profundamente antidemocrática porque uma ordem verdadeiramente democrática única forma de evitar e manter o jogo da reacção e do capital, tem de passar forçosamente pela plena liberdade de expressão, organização e acção das massas trabalhadoras.

O M.F.A. só pena de se negar totalmente, e de traír os objectivos que visou no 25 de Abril, tem de ser consequente e assumir a responsabilidade que, perante o Povo assume!

O M.F.A. só pode verdadeiramente entregar a outros o que só a ele compete. Ao M.F.A. compete a iniciativa no 25 de Abril, um processo revolucionário, ou se por falta de justiça, por complacência injustificada para com todos os que eram supostos importantes do regime anterior, por respeito por tudo e que, no noite de 25 de Abril desrespeitou... vai contribuir para a derrota desse processo e para o resurgimento de novas formas da ordem anterior.

Se o M.F.A. iniciou efectivamente um processo revolucionário e o quer prosseguir consequentemente, então tem de assumir a responsabilidade com a audácia, o papel que lhe cabe por direito próprio desde o 25 de Abril.

Camaradas:
Têm-se pois imperante uma situação de aplicação do Programa do M.F.A. num sentido progressista que garante a consolidação das condições mais favoráveis à luta dos trabalhadores, o avanço das perspectivas socialistas que essa luta vai ganhando, e o fim da guerra colonial e efectiva descolonização, única que contribui de facto para a libertação dos trabalhadores.

Só esta aplicação, aliada à capacidade da luta dos trabalhadores e das massas populares, podem impedir que a reacção, com o capital financeiro, a estratégia de fracção dominante da burguesia portuguesa evanesco, impondo-nos novas formas de dominação e opressão.

Essas duas condições são as que permitiram impulsionar o processo revolucionário num sentido anticapitalista que sirva efectivamente os interesses de todos os trabalhadores e não qual as massas populares não são agentes transformadores e não são explorados e oprimidos.

A estratégia do capital financeiro — passa pelo agravamento de crise económica; — passa por um processo de falências que acentua a sua regressão e a concentração do capital; — passa pelos aumentos de

preços que permitem conservar os margens de lucro.

— passa pelo desemprego que permite diminuir a combatividade dos trabalhadores e empurrá-los para a emigração.

— Mas o aumento dos preços e o desemprego conduzirão a movimentos grevistas e à agudização da luta da classe operária e das classes trabalhadoras em geral.

A responsabilidade da crise económica será então imputada à classe operária, à sua impaciência, ou à infiltração de agentes provocadores.

Assim, os efeitos globais da crise permitirão ao capital financeiro impor um aumento da repressão, pressionar os partidos reformistas a uma maior moderação e exigir mais «tácito» ao Governo.

As responsabilidades do M.F.A.

Face a isto, exige-se ao M.F.A.:

1. — Que no 2.º Governo Provisório não actue como mera corria de transmissão das ordens que, por via hierárquica, sejam dadas aos seus representantes no Governo.
2. — Que não desure a sua organização a implantação no país da F.A.
3. — Que cumpria o que proclamou pela voz de alguns dos seus elementos mais responsáveis — agrando de modo a por efectivamente termo à guerra colonial em Angola e Moçambique; contribuindo para impedir qualquer forma de neo-colonialismo e a vietnamitização da África Austral.
4. — Que não consinta, em Portugal ou nas colónias qualquer base militar estrangeira, ou qualquer outra forma de interferência de potências estrangeiras, instrumento de dominação imperialista que pode vir a tornar-se ponto de apoio para a agressão reacçãoária do capitalismo e do imperialismo.
5. — Que não colabore e impede qualquer repressão sobre os movimentos operários e das massas populares em geral, pois só assim poderão criar-se as condições para a efectiva libertação das que vivem exploradas e oprimidas. Libertação que terá de passar a curto prazo por novas experiências políticas do poder dos trabalhadores, que imponham as medidas do capital e garantam o exercício de formas de poder popular em Portugal.

Autonomia das classes trabalhadoras

De trabalhadores não podem consentir que a regulamentação da burguesia se faça à custa do seu sacrifício — para tal não podem continuar a financiar o aparelho do Estado capitalista com a dádiva dos seus salários, nem a consentir que sejam os trabalhadores a pagar os custos sociais do desemprego geral pelo capital, acobardando ganhar parte do salário.

Não podem permitir qualquer despedimento enquanto os trabalhadores não tiverem nova colocação, ocupando as empresas, se necessário for e unificando a sua luta com a de todos os outros trabalhadores afectados pelo desemprego ou pelo subemprego.

Não podem consentir na redução dos seus salários reais (forma de os capitalistas recuperarem os seus lucros) e têm de lutar abertamente pelo único objectivo que serve os interesses dos trabalhadores face à subida crescente do custo de vida — fazer que os salários andem à frente da inflação.

Não podem consentir que as suas organizações sindicais sejam reguladas por normas feitas por outros — só às assembleias sindicais cabe definir a regulamentação sindical!

Não podem consentir a sua regulamentação por cláusulas que quebrem, à mesa das negociações, realizar compromissos com o capital.

Devem combater qualquer regulamentação da greve, pois os trabalhadores conquistaram esse direito na luta e só a eles compete definir em cada caso qual o tipo de greve a utilizar, quer a dosendade, quando e como. Consentir limitações a entregarem-se desarmados nos mãos dos seus exploradores!

Têm de exigir o total saneamento do aparelho de Estado e das autarquias locais, e criar órgãos de controlo popular desvinculados.

Têm de se opor firmemente à continuação da guerra e à exploração colonial e a ser uma aliança com os povos das colónias assente na compreensão de que essa aliança é um passo importante para conquistar uma independência face a qualquer dos grandes blocos mundiais e que pode contribuir decisivamente para que os trabalhadores portugueses caminhem para a sua emancipação, caminhem para o Socialismo.

14 de Setembro
Porto
5. João da Madeira (1)
Coimbra
Guarda
Oeiras
Peniche
Montijo
Estremoz
Faro

(1) Às 15 horas

Viva a Classe Trabalhadora!
Viva o Socialismo!

Secretariado da Organização Regional de Lisboa do Movimento de Esquerda Socialista

Uma das reuniões para a elaboração do programa do Conselho de 21 de Agosto. Participaram activamente os membros da comissão preparadora do programa para a reunião de 21 de Agosto.

a luta do povo chileno é a nossa luta

Jornada Internacional de Apoio à Resistência do Povo Chileno e Solidariedade à Luta das Classes Trabalhadoras Portuguesas.

11 a 15 de Setembro

Comícios às 21.30

9 de Setembro
Lisboa — Pavilhão dos Desportos

10 de Setembro
Aveiro

11 de Setembro
Portalegre

12 de Setembro
Viana do Castelo
Evora
Odemira

13 de Setembro
Braga
Gonçalo
Caxias
Vila Longa
Araújo
Vila Real de St.º António
Beja

14 de Setembro
Porto
5. João da Madeira (1)
Coimbra
Guarda
Oeiras
Peniche
Montijo
Estremoz
Faro

(1) Às 15 horas

E ainda em S. Domingos de Rana, Campo de Ourique, Amora, Terceira e S. Miguel (Açores), em data, hora e local a anunciar.

A COMISSÃO EXECUTIVA DA COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Comissão Política Nacional Noticiário

O M.E.S. esteve presente em Julho, nos Congressos do P.P.O.P. em Roma e do P.O.U.P. — Partido da Unidade Proletária em Florença, tendo intervenido no primeiro e estabelecido importantes contactos com camaradas da Europa, África e América Latina.

O M.E.S. estará presente em fins de Agosto em Roma, no Congresso da Avanguarda Operária e em princípios de Outubro em Londres, no Congresso do Internacional Socialista.

O M.E.S. esteve presente em Maio, como observador, no encontro anual do Grupo de Trabalho e Apoio aos Refugiados e Exilados na Europa, do qual fazem parte organizações de diversos países da Europa especializada nesta matéria.

RECEBEU, O M.E.S. nos seus núcleos de trabalho e núcleos regionais a visita de insígnias delegações de várias organizações políticas e estrangeiras que da Europa, quer de América, vieram essa visita uma importante troca de impressões entre os camaradas das várias organizações e um estreitamento das relações de trabalho para o futuro.

NA MEDIDA das suas possibilidades, esteve a nossa organização presente em comícios, sessões de esclarecimento e manifestações por não organizações ou por outras organizações, não só em Lisboa mas em muitos outros pontos do País.

TEM desenvolvido o M.E.S. contacto regular com várias organizações da Esquerda portuguesa, tendo em vista, entre outros, desenvolver projectos de acção unitária.

A COMISSÃO Executiva da Comissão Política Nacional instalou-se e providenciou, na Rua Garrett, 83, 4.º B. o partir de 16 do corrente mês.

Sedes do M.E.S.

PORTO — Rua 31 de Janeiro, 190 - 2.º.
GUARDA — Rua Marquês do Pombal, 65.
LISBOA — Av. D. Carlos I, 146 - 1.º - 6.º (Secretariado da Organização Regional). Tels. 77127/677128.
BEJA — P. República, 24.
FARO — Rua Castanho, 9.
Comissão Executiva Nacional e Comissão Política Nacional — R. Garrett, 83, 4.º - B. Lisboa — Tel. 671219

Núcleos do M.E.S.

No próximo dia 21, às 21.30, realizará o M.E.S. uma sessão de esclarecimento em Moçim da Beira.

Solicita-se aos interessados do M.E.S. que pretendam realizar sessões de esclarecimento nas suas localidades, para entrarem em contacto com a Executiva da Comissão Política Nacional, na Rua Garrett, 83, 4.º - B. Lisboa.

**11-15 Setembro JORNADA
INTERNACIONAL DE APOIO
A' RESISTÊNCIA DO POVO
CHILENO**

**a luta
do
povo chileno
é
a nossa
luta**

